Esquerda Socialista

Director: Augusto Mateus — Órgão do Movimento de Esquerda Socialista — Ano I N.º 27 / 30 Abril de 1975 — Preço 3$00

VIVA O 1.º DE MAIO

A unidade revolucionária dos trabalhadores, a unidade revolucionária dos explorados e oprimidos, é a arma fundamental da luta contra o capitalismo, contra a exploração e a opressão.

A classe operária organizada e unidade aos seus aliados históricos, o proletariado rural, os restantes trabalhadores, o campesinato pobre, os soldados, marinheiros e oficiais progressistas tudo pode levar por diante, é uma força imparável.

O 1.º de Maio como jornada internacionalista de luta dos trabalhadores de todo o mundo tem mostrado isto mesmo. É por isto camaradas trabalhadores, soldados e marinheiros que o 1.º de Maio de 1975 em Portugal tem que ser antes de tudo um momento em que os trabalhadores reconheçam a sua própria força.

É por isto camarada que o 1.º de Maio de 1975 em Portugal tem de contribuir para o reforço da unidade do povo trabalhador, que continua a ser explorado e oprimido e a viver e trabalhar em péssimas condições.

É por isto camaradas que os trabalhadores e as forças revolucionárias não podem tolerar que certas forças políticas se queiram sobrepor aos próprios trabalhadores utilizando-os nesse dia mais uma vez como massa de manobra para o reforço das suas posições no Governo e nos gabinetes do poder.

É por isto camarada que o 1.º de Maio de 1975 em Portugal tem de ser uma jornada de luta contra o capitalismo, uma jornada de afirmação da vontade dos trabalhadores em avançar contra o capital, lutando por aumentos de salários, contra os aumentos dos ritmos de trabalho, contra as horas extraordinárias, contra os despedimentos e a subida do custo de vida.

É por isto camarada que o 1.º de Maio de 1975 em Portugal tem de ser uma jornada de afirmação das conquistas das massas populares, dos seus órgãos de luta criados após o 25 de Abril, das comissões de trabalhadores e moradores, dos sindicatos democráticos, do poder operário e popular.

É por isto camarada que o 1.º de Maio de 1975 em Portugal tem de ser uma jornada de luta contra as posições reformistas e esquerdistas existentes no seio do movimento operário português e contra as posições sociais-democratas, que após a vitória eleitoral se pretendem insinuar no seu seio.

Para tomarmos aqui e agora no nosso País o exemplo dos trabalhadores mártires de Chicago e de todos os que deram o seu sangue à revolução socialista temos de avançar sem hesitações para o socialismo.

Avançar sem hesitações para o socialismo é garantir o funcionamento democrático do movimento sindical, desde o mais pequeno sindicato até à Intersindical; é assegurar o controle do movimento sindical pelos próprios trabalhadores liquidando o controle partidário que ainda reina sobre ele; é construir uma linha sindical anticapitalista derrotando a conciliação de classes que ainda se mantém no seio do movimento sindical português.

Avançar sem hesitações para o socialismo é construir o controle operário sobre a produção, quer nas empresas nacionalizadas quer nas empresas privadas. Controle organizado de todos os trabalhadores sob a direcção do operariado, assente em órgãos autónomos dependentes das assembleias de trabalhadores e não do Estado.

O M. E. S. tem sido repetidamente acusado de andar a fazer o jogo dos reformistas ao participar em manifestações de massa.

O M. E. S. sempre se definiu face ao reformismo com muita clareza. O reformismo não se combate fora da luta das massas, com meros argumentos ideológicos.

As tarefas revolucionárias da classe operária e dos trabalhadores face ao avanço do processo revolucionário não podem ser definidas em função de necessidades exteriores às próprias massas.

A classe operária e os trabalhadores têm que tomar nas suas mãos a luta pela satisfação das suas necessidades mais imediatas, a luta pelo controle das empresas nacionalizadas através das suas organizações próprias, a luta pela aplicação e o controle da Reforma Agrária, a luta global pela criação do poder operário e popular como resposta à desorganização e anarquia da produção capitalista. Assim se vê como as tarefas da classe operária e dos trabalhadores não se confinam às simples reivindicações económicas. Controle global e não parcelizado assegurado através de orgãos regionais, sectoriais, e nacionais, onde sim, deve haver representatividade sindical.

Depende da classe operária e dos trabalhadores da sua capacidade de lutar e de se organizar cada vez mais e mais eficazmente que as medidas económicas já tomada pelo Conselho da Revolução, sejam medidas revolucionárias, que abram de facto o caminho para o socialismo.

É por este facto que as posições de algumas organizações ditas de esquerda correm o risco de assumir um carácter contra-revolucionário. Ao menosprezar tais medias, tomando-as como simples expedientes que preenchem necessidades de salvação do capital colocam para segundo plano a capacidade de luta e a capacidade da classe operária e dos trabalhadores de intervir de forma decisiva no processo revolucionário.

Se as forças reformistas ficam sempre a meio caminho no ataque ao poder do capital, não se pode esquecer, nem o papel dos sectores progressista e revolucionário do M.F.A. que têm aberto até hoje espaços para a imposição da vontade da classe operária e dos trabalhadores, nem a vertiginosa e violenta ascenção da luta de massas e a sua capacidade para criar órgãos de efectivo poder operário e popular.

É levando em conta estas duas componentes do processo revolucionário que o M.E.S. tem orientado a sua acção: apoio aos sectores progressista e revolucionário do M.F.A., incentivo e organização do movimento de massas anticapitalista. Este processo não está esgotado. Nem a classe operária conquistou o poder nem a burguesia o perdeu em definitivo. Tudo se continua a jogar e tudo depende quer da capacidade das massas e das organizações revolucionárias para organizar o seu combate, quer da capacidade do M.F.A. para avançar no caminho que já anunciou e do qual deu alguns passos importantes.

Aos soldados, marinheiros, milicianos e oficiais

Avançar sem hesitação para o socialismo é ser capaz de unir a classe operária e os trabalhadores progressistas e revolucionários do M.F.A. cabem pesadas responsabilidades em todo este processo. Impedir que o exército que levou a cabo o 25 de Abril passe a Exército profissional, unindo-se, antes cada vez mais intimamente ao movimento popular das massas caminhando firmemente para a defesa armada de revolução.

Aos operários das cidades e dos campos, aos empregados e aos revolucionários cabem as pesadas responsabilidades de montar uma eficaz vigilância popular travando os intentos das forças políticas vitoriosas nas eleições burguesas que pretenderão impor uma solução autoritária de fachada democrática, opondo às manobras de cúpula, órgãos de massas que possam fundir-se, para o avanço do processo revolucionário, com os solados, marinheiros e oficiais progressistas e revolucionários criando um verdadeiro exército popular.

e a sua crescente capacidade luta e de organização com os soldados, marinheiros e oficiais progressistas e revolucionários numa única força unida e organizada em torno da defesa do processo revolucionário e do avanço irreversível para o socialismo.

Avançar sem hesitação para o socialismo é lutar e criar o poder operário e popular impondo o controle operário sobre a transformação da economia portuguesa e o controle popular sobre a satisfação das necessidades colectivas, levando até à sua última consequência o processo de ataque ao capital, obrigando o patronato e os capitalistas a pagarem a sua própria crise.

Avançar sem hesitações para o socialismo é derrotar a direita capitalista e a social democracia que com a sua recente vitória eleitoral se mostrarão cada vez mais aguerridas em impor novas formas de dominação e exploração dos trabalhadores portugueses preparando o caminho do autoritarismo agressivo de fachada democrática.

Avançar sem hesitações para o socialismo é criar as condições para a tomada do poder pelos trabalhadores sob a direcção da classe operária, é lutar pela unificação da vanguarda de classe do proletariado português, é tornar possível a palavra de ordem ofensiva que todos os lutadores de ontem e de hoje, todos os trabalhadores esperam cada vez com maior ansiedade, à medida que a crise económica e política avança, e que nem o reformismo nem o esquerdismo poderão avançar: em frente, esmaguemos o capitalismo e o Estado burguês, mandemos para o caixote do lixo os ministros e os deputados burgueses e ergamos o Estado Proletário. Em frente pela revolução socialista.

Viva o 1.º de Maio!
Vivam os trabalhadores de todo o mundo!
Viva a classe operária!
Viva o internacionalismo proletário!
Unir, organizar, vitória popular!
Unidade sindical contra o capital!
Uma só solução controlar a produção!
Contra o capital para o socialismo!
Lutar criar poder popular!
Prá vitória da classe operária!
Unidade revolucionária!
Avante pelo socialismo!
Viva o comunismo!

EM FRENTE PELO PODER OPERÁRIO E POPULAR

EM FRENTE PELO SOCIALISMO

Esquerda Socialista

Ao contrário do que muitos pretendem fazer crer aos trabalhadores, o 1.º de Maio é uma jornada de luta e não de festa. Uma jornada de combate das massas trabalhadoras contra a opressão e exploração de que são vítimas e não um dia de passeios ao sol e piqueniques. Uma jornada em que os trabalhadores saem à rua em todo o mundo para fazerem ouvir a sua voz, para dizerem ao seu inimigo de classe que estão fartos de miséria, opressão e exploração, para fazerem saber que a luta se trava não só na fábrica, na empresa e nos campos, mas também na rua, para fazerem sentir a força que representam quando desfilam compactos, unidos e organizados.

O 1.º de Maio começou a representar em todo o mundo o dia de luta dos trabalhadores a partir do momento em que, num dia de um ano já distante, os trabalhadores dos Estados Unidos souberam arrancar ao patronato, em imponentes e duras manifestações de rua, a jornada de 8 horas de trabalho.

O 1.º de Maio de 1975 representa para os trabalhadores portugueses um dia de especial e importantíssimo significado.

Mais do que nunca é indispensável avançar na luta, mais do que nunca é indispensável que os trabalhadores portugueses demonstrem que não estão dispostos a suportar por mais tempo o odioso sistema capitalista que os escraviza e os mantém na miséria.

Vive-se no nosso país um momento de afrontamento decisivo entre as classes trabalhadoras e a burguesia. O poder desta acha-se enfraquecido mas não destruído. E poderemos estar certos de que ela saberá recuperar o terreno perdido se não formos capazes de a atacar com decisão, sem hesitações e perdas de tempo.

A burguesia julgava que as eleições, organizadas à sua boa maneira individual e secreta, lhe permitiriam obter uma situação mais favorável na dura luta que aqui se trava. Enganou-se e enganava-se! Esquece que os trabalhadores quando conquistam fábricas, terras, casas, quando se libertam mesmo em parte, da dominação a que estão sujeitos só pela força bruta será possível retiram-lhes o que conquistaram e impedi-los de continuar a avançar.

Apesar de nem com estas eleições a burguesia ter obtido qualquer espécie de vitória, é fundamental demonstrar que elas nada adiantaram, porque nada podiam adiantar, ao processo revolucionário em curso. E isso demonstra-se fazendo do 1.º de Maio uma jornada de luta de massas, uma jornada de manifestação da capacidade de combate das classes trabalhadoras.

No momento em que 250 000 trabalhadores estão desempregados, em que as necessidades mais elementares do povo português estão por satisfazer, em que o imperialismo se prepara para apertar o cerco ao nosso país se não cedermos às suas chantagens, não há lugar para festas nem para comemorações, mas sim para dizer na rua com toda a força das nossas vozes não ao desemprego, não à vida cara, não à sabotagem económica, não ao imperialismo, não ao capitalismo, para gritar bem alto a determinação dos trabalhadores em constituirem o poder popular, em avançarem para o socialismo.

Regime autoritário ou ditadura da maioria

Acabaram as eleições. Está eleita a Assembleia Constituinte. Como o MES sempre tem defendido estas eleições e esta Constituinte representam claramente todo o carácter contraditório do processo revolucionário em curso.

O M.E.S. defendeu desde o seu I Congresso uma posição bem clara face à questão das eleições. Elas seriam desmobilizadoras orientando as massas para uma falsa escolha, desviando-as dos objectivos de luta essenciais à afirmação da sua vontade autenticamente expressa.

As eleições feitas dentro de um esquema próprio dos países capitalistas não podia deixar de acarretar um tipo de propaganda, um tipo de condicionamento das escolhas individuais, em resumo um tipo de resultado como o que se veio a verificar.

O MES não estando, criadas as condições para a não efectivação destas eleições, participou nelas fazendo da sua campanha um prolongamento natural do trabalho que já vinha pondo em prática.

Orientou a sua acção para o esclarecimento político, contribuindo teórica e praticamente para a organização de diversas formas de poder popular.

Ficaram no curso da nossa acção encaminhados embriões de comissões de trabalhadores, conselhos de aldeia, comissões de trabalhadores, ou reforçaram-se iniciativas já em marcha.

Todo este trabalho, que na nossa perspectiva sempre foi o aspecto essencial da campanha eleitoral, tomou um carácter marginal à campanha dos grandes partidos burgueses ou reformistas. Todo este trabalho não se converteu em votos para o nosso Movimento, mas reforçou as condições para um avanço decisivo na concretização da nossa proposta de poder popular.

Por outro lado o resultado final das eleições abre um largo espaço de manobrar às formações políticas burguesas, da direita capitalista ou fascizante — PPD e CDE — e ao Partido Socialista.

Rompendo o cerco, que a legalidade revolucionária posta em marcha pelo 25 de Abril de 1974 lhes impôs, estas forças vão tentar recuperar todas as posições perdidas recorrendo à legimidade que a maioria formal lhes deu nestas eleições. Vão trabalhar activamente no plano político para impor um modelo de democracia burguesa sancionada por uma eventual ala do MFA que tentarão descolar a partir de sectores hesitantes e golpistas não desmascarados que ainda não acoitam no MFA.

Vão para isso lutar activamente para romper com o Pacto que assinaram com o MFA.

Por outro lado passaram a contar com um renovado apoio da social-democracia europeia e do imperialismo americano. Vejam-se as declarações cheias de esperança de todos os dirigentes dos partidos social-democratas desses países.

As esperanças destes dirigentes, prova-o a história, nunca vêm despojadas de um preciso sentido político. É a via política que se abre no nosso País para dar suporte a uma renovada exploração da classe operária e de todos os trabalhadores.

Se até aqui os imperialistas jogavam discretamente nos partidos ora triunfantes nas eleições agora esse apoio é aberto. Vislumbra-se mais abertamente para os capitalistas a via autoritária de fachada democrática. E quando Magalhães Mota na mesa redonda televisionada momentos depois de conhecidos os resultados das eleições afirmava que só existem duas soluções — a social-democracia ou a ditadura do proletariado — acertou em cheio na hipocrisia do falso socialista Mário Soares e no reformismo de Álvaro Cunhal. A burguesia nos momentos de crise mantêm nas afirmações de alguns dos seus dirigentes autênticos uma lucidez apreciável.

De facto cada vez mais só aparecem como viáveis duas soluções para conjurar a crise em que se debate a sociedade portuguesa.

A social-democraica de que fala Magalhães Mota ou seja, a solução autoritária de fachada democrática, e o socialismo, ou seja, a ditadura da maioria que são os trabalhadores sobre a minoria da população, que são os capitalistas.

Saudamos a vitória do povo vietnamita sobre o imperialismo.

Nada pode vencer a força de um povo em armas!

A LISTA B (NEIP) VENCE NO ISCSP

Sob as palavras de ordem: «Criar o poder de escola — criar o poder na base» e «pela integração do movimento estudantil no movimento de massas anti-capitalista» a lista B venceu as eleições para a direcção da Associação de estudantes do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

de fachada democratica sobre a minoria

As eleições para a Assembleia Constituinte efectuaram-se.

Os meses que as antecedram caracterizaram-se pela tensão que as pressões de direita europeia e os E.U.A. exerceram no País pela implantação de uma «ordem burguesa».

Esta pressão orientou-se fundamentalmente para a defesa das eleições em Portugal, numa camapnha contra o processo português e no apoio incondicional à direita (C.D.S., P.P.D. e P.S.). Dentro desta mesma lógica surgiria o 11 de Março precedendo a institucionalizaçãodoMFA Naquele dia o salvador Spínola viria garantir ao País que os comunistas não roubariam ao socialismo a sua liberdade, nem ao povo a ordem social e a paz de espírito.

A guerra civil eminente na boca dos direitistas preparava o caminho para a intervenção golpista. Havia que suster, a todo o custo, tanto a institucionalizaçãodoMFA como o avanço e a organização das massas populares.

Falhado o golpe restavam as eleições, mesmo que de pacto às costas.

Face ao avanço organizado dos trabalhadores vêm portanto estas eleições servir de diluente, de amortecedor aos conflitos sociais que ameaçam a reorganização do poder burguês e o enraizamento das suas concepções no proletariado.

O significado negativo destas eleições pode ser facilmente comprovado na leitura da imprensa burguesa europeia que ainda há poucos dias fazia as pinturas mais negras do processo português e agora embandeira em arco.

Se os fascistas do C.D.S. e os seus mais fiéis militantes, os bispos, saem um pouco danificados das eleições a favor do P.P.D., é preciso não esquecer o prejuízo que ao mesmo P.P.D. o anticomunismo mais eficiente do P.S. sujeitou. O votante conservador e atento soube muito bem como votar consequentemente por uma reconversão capitalista. Estava na jogada e já há muito que trocara as três setas empinada pela mãozinha anatómica.

Os anticomunistas tinha já no País trabalho feito de cinquenta anos. Era só deitar-lhe o punho.

Temos no entanto que reconhecer que uma percentagem grande dos votos no P.S. sejam de facto reflexo da vontade de transformação das estruturas nacionais numa via socialista, mas uma vontade ainda ignorante do que possa ser na realidade a política e a acção prática da direcção do P.S.

Devemos portanto considerar simultaneamente, que se em termos partidários a votação maioritária do P.S. representa uma vitória da direita pela efectiva linha direitista dos seus dirigentes e pelo uso que estes tentarão fazer do aval eleitoral, também uma grande parte dos votos P.S. que os trabalhadores levaram às urnas representam efectivamente uma vontade ainda desenquadrada de contribuir no processo que a palavra socialismo usado por quase todas as organizações e pelo próprio M.F.A. sugere.

E é aqui que reside o aspecto positivo dos resultados da consulta eleitoral. Aspecto que a burguesia através dos dirigentes do Partido Socialista tentará recuperar para o seu campo substituindo-se-lhe nas iniciativas e na luta, utilizando-se da força numérica os seus 37,87 por cento de cruzinhas no sentido da paralisação legalista das lutas autónomas dos trabalhadores.

Neste contexto compete às organizações de esquerda continuar a apoiar a iniciativa e o avanço proletário, remediando com mais trabalho e dedicação no campo concreto das lutas o que a ofensiva burguesa tentamistificar desviando a acção anticapitalista organizada das massas para o campo demissionista das vitórias eleitorais buguesas.

comentários de fora

«IL MESSAGERO»

«Em Mário Soares estão depositadas as esperanças dos portugueses, que, como se verificou nas eleições de sexta-feira passada, rejeitaram o paternalismo dos militares e demonstraram que aspiram a um desenvolvimento democrático num contexto europeu».

NEW YORK TIMES:

«As primeiras eleições livres em Portugal em meio século deram uma derrota humilhante para os comunistas, uma confirmação enfática da reforma democrática em vez da Revolução Marxista e um sólido voto de confiança nos fortes laços do País com a Europa Ocidental e com os Estados Unidos».

SUNDAY TELEGRAPH

«É evidente que o resultado das eleições em Portugal não modificam a intenção da Junta Militar de continuar a governar o País. Todavia a longo prazo, as esperanças dos militares de transformar Portugal numa Cuba Ibérica parecem ter diminuido substancialmente».

«WASHIGTON STAR»

«O Povo Português afirmou aos seus governantes militares e aos comunistas, em particular, que se quer juntar à maioria da Europa democrática Ocidental».

«É encorajante que o principal vencedor nas eleições Portuguesas, o socialista moderado Mário Soares, seja um amigo da Organização do Tratado do Atlântico Norte, da qual Portugal é um membro geograficamente, vital».

MES

SEDES

Águeda, R. Dr. Adolfo Portela, 22
Almada, Praceta D. Isabel (R. Projectada à R. D. João de Castro), anexo 6
Alverca, R. Brigadeiro Alberto Fernandes, Lote 7, 1.º E
Amadora, R. António Correia, 3
Angra do Heroismo, R. Conselheiro Jacinto Cândido, 7
Aveiro, Av. Araújo e Silva, 22
Barcelos, Av. da Liberdade, 60-1.º
Beja, R. dos Infantes, 14, T. 22789
Bombarral
Braga, Av. da Liberdade, 362-2.º, T. 27043
Caldas da Rainha, Trav. 5 de Outubro, 22
Cascais, R. Araújo Viana, 6
Castelo Branco, R. João de Deus, 54/58 T. 833
Castro Verde, R. Nascimento Costa
Chaves, R. das Longras, 20-2.º
Coimbra., R. Ferreira Borges, 125-3.º, tel. 27718
Covilhã, Praça do Municipio, 84-2.º, Tel. 24485
Cuba, R. Serpa Pinto, 15
Espinho, R. 19, n.º 57 r/c
Estarreja
Estremoz, Largo da República, 42
Évora R. Cândido dos Reis 70 (antiga R. da Lagoa).
Faro, R. Reitor Teixeira Guedes, 45 Tel. 26100
Figueira da Foz, Rua da República, 102, 1.º
Fundão R. do Registo, 11-2.º
Gueifães (Maia) R. da Monta, 9
Guarda, R. Augusto Gil, 1-1.º
Guimarães, Rua da Rainha 138-2.º e 3.º
Lamego, Praça do Comércio, 93-3.º
Lavradio R. António Chatillon 23 R/C
Leiria, Rua Tenente Valadim, 66 r/c drt.º
Lisboa, Av. D. Carlos I, 130, Tel. 600054
Av. D. Carlos I, 146-1.º drt.º, Tel. 607127/28
R. Rodrigues Sampaio, 79 r/c esq. (**Jornal**), Tel. 535438
Arroios, Rua de Arroios, 88-1.º
Campo de Ourique, R. Silva Carvalho, 255-1.º
Moscavide, R. dos Combatentes da Grande Guerra, 51-B. Tel. 2514600
Oliveira de Azeméis, R. Luís de Camões, 21
Ovar, R. Alexandre Sá Pinto, 64
Peniche, R. Alexandre Herculano, 16/18
Ponta Delgada, R. Tavares Resende, 100
Ponde de Lima, Av. António Feijó
Portalegre, R. Guilherme Gomes Fernandes, Tel. 8[illegible]
Porto, R. Gonçalo Cristóvão
R. 31 de Janeiro 150-1.º, Tel. 319569
Bonfim, R. do Bonfim, 10[illegible]
Matosinhos R. Conde S. Salvador, 374
S. João da Madeira, R. V[illegible]co da Gama, 262
Vilar de Andorinho
S. Pedro do Sul, L. de [illegible] Sebastião
Santarém, R. Pedro de S[illegible]tarém, 36, Tel. 23199
Seia, R. Capitão Ant[illegible] Dias
Sesimbra, R. Ramada Cu[illegible]to, 6
Serpa, R. do Calvário, 29
Setúbal, R. José Adelin[illegible] 13 ao L. da Fonte Nova
Sintra, Vila Velha, R. Con[illegible]glier Pedroso
Tomar, R. Pedro Dias, 44
Viana do Castelo, R. de Al[illegible]tamira, 65/67
Praça da República, 52, Tel 22224
Vila de Punhe (Neves)
Vila Nova de Gaia, R. Teixeira Lopes, 123
Vila Real R. Teixeira de Sousa, 34
Viseu, Trav. Cândido dos Reis, 37

O «E. S.» VENDE-SE
NA SUÍÇA
Tabacs du Boulevard
13, Boulevard Georges-Favon
1200 Genève

EM FRANÇA
Livrairie Portugaise,
33 Rue Gay-Lussac
75005 Paris (Telf. 033.46.16)

NA BELGICA
Librairie L'Oeil Savage
221, Chaussée d'Ixelles
1050 Bruxelles (Telf. 648.14.45)

Esquerda Socialista
Propriedade
do Movimento de Esquerda Socialista
Administração
Av. D. Carlos I - 128
Composição e impressão
Renascença Gráfica, SARL
Rua Luz Soriano, 44, Lisboa
jornal semanal — todas as 4.ª-feiras

Exijamos a verdade sobre o 11 de Março!

Mais uma vez a conciliação, a hesitação e o compromisso suplantaram a vontade, expressa nas ruas, pelas massas populares, pela classe operária, pelos trabalhadores, de se atacarem de uma forma decidida todos aqueles que pretendem, pelo golpe, recuperar e destruir as conquistas que nas fábricas, nos campos, nos bairros, nos sindicatos, os trabalhadores alcançaram desde o 25 de Abril

E isto porque nos apresentam um relatório do 11 de Março, no qual o mais importante são os etcs..

Nós já estamos avisados do que aconteceu nos outros golpes. No de Palma Carlos e Sá Carneiro, e no do 28 de Setembro.

No rescaldo do 28 de Setembro foram saneados os golpistas militares, assim como neste relatório do 11 de Março são acusados e foran saneados os reaccionários do 28 de Setembro! E que aconteceu entre Julho e Setembro?

Os golpistas e reaccinários, de mãos livres para conspirarem desencadearam todo um conjunto de manobras políticas que possibilitassem novo golpe.

E quem defendeu, com a vida se fosse necessário, o processo revolucionário em curso? As massas populares, as forças progressistas, os trabalhadores! Quem é que saiu para a rua, fez barricadas e apanhou centenas de armas? Quem é que suportou as investidas do fascista Osório pela Emissora Nacional? E tudo isto não nos foi revelado na altura própria. O relatório do 28 de Setembro, só agora, depois de uma tentativa reaccionária do capital nacional e internacional, é-nos revelado, e ficamos a saber quem foram os golpistas do 28 de Setembro. Mas deixaram-nos à solta. Deixaram-nos à vontade para conspirarem, para torpedearem tudo aquilo que nos campos económico, político e social a classe operária e os seus aliados já conquistaram.

No dia 11 de Março, para além dos spinolistas à solta desde o 28 de Setembro, e que todos agora conhecemos, só agora quem mais conspirou, quem mais participou ou abriu terreno a esta tentativa contra-revolucionária? As massas populares que na rua lutaram lado a lado com os soldados, marinheiros e oficiais progressistas, os operários e trabalhadores que ocuparam as empresas, todos aqueles que correram para as unidades, dispostos a defenderem de armas na mão o processo revolucionário em curso, têm o direito de exigir o total conhecimento do que foi o 11 de Março e castigo exemplar dos golpistas.

As forças progressistas há muito vinham denunciando a preparação do golpe. Não é impunemente que se desencadeia uma campanha anticomunista alimentando receios injustificados, resultantes da propaganda fascista durante 48 anos.

Não é impunemente que se pretende identificar organizações políticas progressistas com o P.C.P.

Não é impunentemente que se boicotou leis, como a do saneamento e outras.

Não é impunemente que se elabora um Plano Económico capitalista.

Não é impunemente que se pretende dividir os trabalhadores, negando-lhes a unicidade sindical.

Não é impunemente que se pretende dissolver as principais unidades da região de Lisboa e da confiança do M.F.A.

Quem nos identificou, a nós e a outras organizações com o P C P ?

Quem dentro do Governo boicotou as leis sobre saneamento?

Quem participou na elaboração, e quem defendeu o plano económico capitalista?

Quem pretendeu dividir os trabalhadores, negando-lhes a unicidade sindical?

Quem pretendeu dissolver o RAL 1, o CIAAC (Cascais) e outras unidades progressistas?

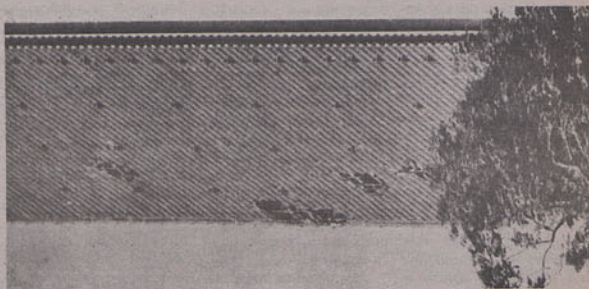
Todos nós sabemos quem foi, ou não sabemos?

Que querem então os hesitantes, os conciliadores ao não nos dizerem claramente tudo isto?

Mas há mais:

Quais foram os órgãos de informação que tentaram recuperar o general Spínola e seus comparsas? De quem é o Expresso?

Quem é que deixou os embaixadores por esse mundo colaborarem na campanha reaccionária internacional contra o processo revolucionário? Quem impediu que fossem saneados?

Quem fomentou as greves nos liceus? Não foram o C D S e o P P D ?

Quem é que andou por aí a lançar à boca cheia que estava iminente a guerra civil? Não foi o P S , o P P D , C D S e o P D C ?

Porque nos tentam enganar? Porque razão não divulgam no inquérito isto que todos nós vimos, ouvimos e lemos? Porque razão nos diz o inquérito que os oficiais golpistas tinham ligações estreitas com civis e militares de várias embaixadas, com alguns partidos políticos e com elementos da alta finança, e não nos diz que embaixadores eram e quais os partidos políticos?

Será que a Embaixada americana do Carlucci, quartel-general da C I A , visitante de António Champalimaud e este por sua vez visitante assíduo do Spínola em Massamá, não têm nada a ver com o 11 de Março?

Será obra do acaso, e assunto tão difícil perceber porque razão se acoitaram os reaccionários da GNR na Embaixada alemã?

Então não é a Alemanha da social-democracia, parceira do P S na Internacional Socialista, e ponta-de-lança do imperialismo americano na Europa?

Será também por acaso que é dessa Alemanha, dessa social-democraica que vem grande apoio ao PS?

Temos que exigir que sejam denunciados todos aqueles que tendo conhecimento prévio do golpe nada fizeram!

Temos que exigir que sejam denunciados aqueles que tiveram as casas guardadas, protegidas às ordens dos golpistas, e agora aparecem como possíveis vítimas da intentona, não é tarefa da Comissão de Inquérito?

Temos que exigir o castigo daqueles que andaram em viagens de ida e volta, no seio dos golpistas e conhecendo as suas intenções, nada fizeram

Temos que exigir as razões pelas quais a Base Aérea n.º 5, telefonando para os seus superiores não obtém esclarecimento e finalmente ordena a partido dos aviões a jacto em missões de intimidação, não é tarefa da Comissão de Inquérito?

Ou será que a Comissão de Inquérito nos deixa estas pistas, para a partir de agora serem as massas populares, as forças progressistas, a castigarem exemplarmente todos aqueles que pretendem ficar escondidos, mas pelo que se viu estão bem à mostra?

Ou será que não se pretende castigar todos os golpistas, directos ou indirectos, e esperar pela próxima a ver se põem todos o pescoço de fora?

E quem nos garante que para a próxima serão eles a ficar sem pescoço?

A classe operária, os trabalhadores, as forças progressistas têm exemplos históricos do resultados a que têm levado as hesitações, as conciliações, o reformismo de uma maneira geral. Todos nos lembramos do Chile!

As forças reaccionárias que pela amostra vão poder manobrar, fazendo-se passar junto do Povo Português por socialistas, populares e sociais, em todos os terrenos conhecidos e também agora naquele que se lhes abre e pelo qual tanto suaram: **a Assembleia Constituinte.**

As suas acções reaccionárias irão ser avalizadas por milhares de votos.

As suas manobras contra-revolucionárias irão ser executadas com o aval que as eleições lhes irão dar. E são isto eleições livres?

A classe operária, os trabalhadores, as forças progressistas têm que exigir do Conselho de Revolução aquilo que conquistaram nas cidades, vilas e aldeias deste país ao saírem para a rua, ao atacarem os reaccionários, ao arriscarem a vida no RAL 1.

Temos que exigir que o inquérito não seja um monte de poeira para os nossos olhos

Se não for a Comissão de Inquérito, serão as massas populares, as forças progressistas, os soldados, marinheiros e oficiais revolucionários a desmascararem, a isolar, a castigar de forma exemplar todos os golpistas reaccionáris.

Os golpistas estão novamente a organizar-se. Eles não desistem. Temos que lhes opor a nossa força organizada, nas fábricas, nos campos, nos locais de habitação; em milícias armadas de trabalhadores e soldados.

O EXÉRCITO POPULAR É UM EXÉRCITO REVOLUCIONÁRIO

Como todos nós sabemos, na tropa há diferentes tipos de pessoas, há as chamadas classes militares: classe de oficiais, classe de sargentos e classe de praças.

Por que razão existem classes diferentes?

Dizem os militaristas que é porque a grande maioria tem que ser comandada e disciplinada por uns quantos com maior capacidade que, por sua vez, têm ainda que ser comandados e disciplinados por outros (menos ainda) com muito maior capacidade. Por coincidência (será?), os que apenas têm que cumprir ordens, a grande maioria, são os soldados e marinheiros, povo trabalhador temporariamente com uma farda, e os outros são os que resolveram fazer da vida militar uma profissão e os que por terem estudos, ao serem chamados, vão para oficiais ou furriéis.

Com estes argumentos, o que os militaristas querem é fazer com que os trabalhadores das fábricas e dos campos se habituem dentro dos quartéis a obedecer sem discutir, a serem humilhados, para depois no trabalho continuarem a ser explorados e oprimidos pelos patrões, sem refilarem.

Portanto, a resposta que devemos dar é que na tropa existem classes diferentes porque vivemos numa sociedade capitalista, também dividida em classes, em que uma, a burguesia, explora e oprime a outra, o proletariado

Disciplina e organização revolucionárias

Dirão os burgueses, os reaccionários, os militaristas: «então não há ninguém que mande?», «isto é tudo uma anarquia!», «não se quer a disciplina!» e outras barbaridades que já estamos habituados a ouvir.

A isto devem responder os militares progressistas:

É preciso que alguém mande, também defendemos um tipo de organização.

Mas quem e como?

— Só deve haver uma pessoa ou um grupo pequeno de pessoas a mandar quando toda a gente percebe as causas, o significado e as consequências das ordens que são dadas. Para isto, é preciso que as pessoas se possam reunir para discutir e pensar em conjunto e que as resoluções tomadas nessas reuniões sejam obrigatoriamente cumpridas por aqueles que depois dão as ordens. Chama-se a isto ser-se comandado por pessoas que os próprios **elegem** e que, portanto, merecem confiança até à altura em que, por qualquer motivo, devam ser **destituídas**.

— A disciplina a defender é a **disciplina revolucionária**. É uma disciplina que não é imposta por pessoas e interesses estranhos, mas sim que garante a defesa dos interesses das massas trabalhadoras pois é definida e aplicada pelos próprios e por aqueles que são seus delegados.

— A organização a defender é a **organização revolucionária**. É uma organização que também não é imposta pois são os próprios a defini-la e a construí-la. É uma organização constituída por órgãos que os próprios criam, dos quais **os mais importantes são as Assembleias de Soldados e Marinheiros.** Esta organização é garantida pela disciplina revolucionária, que é a disciplina verdadeiramente democrática.

Estas condições existem nas Forças Armadas dos países capitalistas como Portugal?

Não. E porquê?

Porque só é possível que estas condições existam numas Forças Armadas verdadeiramente revolucionárias, ou seja, num Exército Popular.

Como nasce um Exército Popular?

Nasce da luta mais geral dos trabalhadores contra a exploração e opressão capitalista e da luta dos militares revolucionários, fundamentalmente dos soldados e marinheiros, contra os militaristas e reaccionários, que, dentro das Forças Armadas capitalistas, querem fazer o jogo dos patrões e da burguesia.

O exército popular não é só de militares

Por isso, o Exército Popular não é um exército só de militares. O Exército Popular será o exército dos trabalhadores. É o exército dos trabalhadores que já andaram com um uniforme e dos que, nas fábricas e nos campos, se armarem para combater aqueles que os exploram e oprimem.

Há pois que lutar dentro das Forças Armadas capitalistas pela criação do Exército Popular.

Como?

É preciso começar a experimentar desde já formas de organização que só aos soldados e marinheiros digam respeito e que os habituem a resolver os seus próprios problemas.

Para isto, é preciso ter em atenção que a vida não acaba nas paredes do quartel mas que se estende até à vista dos camaradas que, nas fábricas, nos campos e nas empresas, lutam para se libertarem dos patrões.

Em frente pelas assembleias de soldados e marinheiros!

Qual é a forma de organização por que se deve lutar já?

Nestas assembleias deve ser discutido tudo o que se ache conveniente e ganhar força para impor as decisões colectivas. Deve também ser recusada qualquer vigilância que se queira fazer às reuniões. Os problemas dos soldados e marinheiros devem ser resolvidos por eles próprios.

Nesta luta é correcto contar com o apoio dos oficiais e furriéis milicianos progressistas. Quanto aos militares do quadro, evidentemente que é preciso saber escolher aqueles que demonstrem reconhecer nos soldados e marinheiros a força mais importante na decisão das coisas.

É escolhendo este caminho que é possível avançar o processo revolucionário e **sanear** os reaccionários militaristas que se opõem.

A verdadeira Assembleia de Soldados ou Marinheiros constrói-se de um momento para o outro?

Não. É pela determinação revolucionária, pela correcta articulação dos problemas próprios dos soldados e marinheiros com os interesses mais gerais da classe operária, que hão-de nascer os embriões do Exército Popular que há-de conduzir o Povo Português ao socialismo, para a vitória final, o Comunismo.

(Texto publicado no n.º 2 de Poder Popular-6 de Abril)

O Exército Popular não é um Exército só de militares. O Exército Popular será o Exército dos trabalhadores. É o Exército dos trabalhadores que já andaram com um uniforme e dos que, nas fábricas e nos campos, se armarem para combater aqueles que os exploram e oprimem.

Contra o Reformismo e o Esquerdismo

Durante a campanha eleitoral, em centenas de sessões de esclarecimento, uma mesma pergunta faziam os trabalhadores: porque é que neste momento em Portugal existe uma divisão partidária no seio dos trabalhadores? **Porque é que forças que se reclamam do comunismo fazem ataques sistemáticos umas em relação às outras, escamoteando a luta contra o inimigo principal? Porque é que esse conjunto de forças todas elas se reclamam as únicas e legítimas defensoras e representantes do proletariado?**

E urgente responder a estas questões! Porque é que os trabalhadores estão divididos? **O trabalhadores estão divididos, em primeiro lugar, porque é a própria evolução do sistema capitalista que os divide.** É a própria introdução de mecanismos capitalistas como as horas extraordinárias, os prémios e outros métodos de divisão que fazem com que no seio de uma mesma fábrica, de uma mesma empresa, a divisão dos trabalhadores ao nível económico se traduza numa divisão partidária.

Os trabalhadores estão divididos porque os reformistas instrumentalizam as massas trabalhadoras, como massas de manobras, não hesitando em combater, caluniar, todas as lutas que fujam ao seu controlo, ao controlo do seu aparelho partidário.

O Os trabalhadores estão divididos porque aprática reformista de conciliação dos interesses do proletariado com os interesses da pequena e média burguesia é uma prática que está condenada ao fracasso em Portugal. Está condenada ao fracasso porque em Portugal, neste momento, há dezenas e dezenas de milhares de trabalhadores desempregados, há dezenas e dezenas de milhar de despedimentos sem justa causa e são esses sectores da pequena e média burguesia fundamentalmente que o fazem. Porque essta táctica de conciliar o inconciliável é neste momento visível que nunca poderá triunfar em Portugal.

Os trabalhadores estão divididos também porque os becos sem saída a que leva a estratégia reformista abrem as portas a concepções oportunistas de direita e esquerdistas que conseguem terreno nas fábricas e nas empresas.

Assim milhares de trabalhadores que querem a Revolução Socialista neste momento, neste processo eleitoral, estão a ser engandos pela linguagem demagógica da cúpula psuedo-socialista do P.S.

Muitos trabalhadores de empresas, de fábricas onde deram lutas importantes desde o 25 de Abril, lutas essas em que o comportamento dos reformistas foi de boicote, foi de calúnia, pois neste momento os trabalhadores são mobilizáveis e facilmente enganados pelas posições esquerdistas que procuram mobilizá-los simplesmente à volta do ataque ao P.C. e com uma mera radicalização de luta económica.

Deste modo, neste momento, à estratégia reformista de controlo dos sindicatos, de conciliação de classes, de reboquismo em relação ao M.F.A., quais são as estratégias que se têm colocado como alternativa ao movimento operário?

Por um lado a infiltração burguesa social-democrata que tenta desviar para o eleitoralismo as aspirações proletárias ao socialismo e à verdadeira liberdade **(que nada têm que ver com o socialismo em liberdade).**

Por outro lado posições esquerdistas, pseudo-marxistas-leninistas, baseados numa mobilização de carácter económico, no ataque demagógico e verbal ao P.C. Estas posições são radicais, mas são pequeno-burguesas. Não apresentam alternativa nenhuma, não têm qualquer objectivo imediato para a luta dos trabalhadores, **procuram tal como os reformistas, instrumentalizar as lutas e as organizações dos trabalhadores.**

As posições revolucionárias são aquelas que procuram não desligar a luta de fábrica e de empresa da luta política mais geral, contra o capitalismo, e que tentam contribuir para a organização das massas, para a organização permanente e revolucionária das massas trabalhadoras.

Sendo evidente que a social-democracia não quer o socialismo e nunca levará os trabalhadores ao poder, é para o M.E.S. também evidente que o esquerdismo não representa qualquer alternativa às posições reformistas. E porquê? Porque coloca como objectivo fundamental a chamada reconstrução do partido Comunista e depois dirige todas as lutas e toda a sua actuação para esse fim, não compreendendo que tal objectivo não pode ser desligado da organização das massas em termos de poder popular; e por outro lado instrumentaliza, ou tenta instrumentalizar as formas embrionárias de auto-organização à sua lógica de aparelho. É assim que os esquerdistas tentam instrumentalizar as Comissões de Trabalhadores para a conquista dos sindicatos.

O esquerdismo baseia o seu ataque ao reformismo, não numa análise concreta de uma situação concreta, mas sim em pressupostos ideológicos que acabam por ser tão etapistas e tão recuados como os do reformismo. O esquerdismo também não põe o socialismo na ordem do dia, não põe na ordem do dia a luta pelo socialismo. Fala na Revolução Democrática e Popular e nós perguntamos: **qual a diferença em relação à Revolução Democrática e Nacional proposta pelos reformistas o que é que isto tem a ver com o Socialismo?**

O esquerdismo é incapaz de, em cada momento histórico saber distinguir onde estão os inimigos principais da classe operária e onde estão os inimigos secundários. **Confunde deliberadamente os inimigos principais com os inimigos secundários, atacando apenas verbalmente as posições reformistas, pouco fazendo contra os inimigos essenciais que são os capitalistas e os imperialistas.**

O esquerdismo transpõe para o movimento **operário português a polémica entre a China e a União Soviética.** Mas, a utilização das posições da política externa chinesa como ponto de referência nem sempre fazem avançar a luta pelo socialismo. Se é um facto que a política de coexistência pacífica da União Soviética, já provou várias vezes que não tem nada a ver com Internacionalismo Proletário, pois submete a luta dos povos pelo socialismo à lógica do equilibrio mundial e da partilha de zonas de influência, **é também um facto que certas posições externas da China à força de se definirem pelo anti-sovietismo, acabam por facilitar o avanço do imperialismo americano.**

Terão alguma coisa a ver com o internacionalismo Proletário o apoio da China aos fantoches fascistas da F.N.L.A.?

A classe operária quer a unidade anti-capitalista. Quer a sua vanguarda comunista organizada e unificada. Quer uma clara definição de quais as alianças de classe que tem de fazer no actual momento para que se torne irreversível o caminho para o Socialismo. O M.E.S. como organização de vanguarda, mas que não se arroga em representante exclusivo ou iluminado da classe operária quer também contribuir para a unidade revolucionária.

Como trabalhar para a unidade?

1.º **Lutando pela organização apartidária das massas exploradas e oprimidas,** em todos os locais onde se faz sentir a exploração e opressão capitalista, nas fábricas, nas empresas, nos campos, nas aldeias, vilas, bairros e cidades e nos quartéis.

2.º **Lutando pelo reforço da aliança revolucionária entre os trabalhadores em luta contra o capital e os soldados, marinheiros e oficiais revolucionários do M.F.A.**

3.º **Lutando contra a direcção reformista conciliatória do movimento de massas, lutando pelo isolamento das tendências sociais-democráticas no seio dos trabalhadores, criticando as posições esquerdistas economistas.**

4.º **Lutando pela criação de formas organizativas de trabalho anti-fascista e anti-imperialista, onde os militantes revolucionários de organizações políticas não sectárias possam trabalhar em conjunto contra o inimigo comum.**

Os momentos que se avizinham são momentos de dificuldade para os revolucionários e para a classe operária. A ofensiva da burguesia, no terreno político e militar, após as eleições burguesas para a constituinte não deixará de se fazer sentir. À táctica defensiva e gradualista dos reformistas que procuram convencer os trabalhadores de que as palavras de ordem para o socialismo são o trabalho, a produtividade, a ordem, há que responder com uma táctica ofensiva no sentido da liquidação de todas as formas de exploração capitalista e não só dos monopólios e latifúndios, que vá permitir o controlo operário sobre a produção (que nada tem a ver com o controlo dos sindicatos sobre os trabalhadores).

É à volta desta perspectiva revolucionária que terá de se realizar a unidade dos comunistas.

Só os trabalhadores, organizados a todos os níveis lutando contra o capitalismo, poderão pressionar e obrigar a unidade revolucinária dos comunistas.

Via a Unidade da Classe Operária!

Abaixo o Reformismo!

Abaixo o Esquerdismo!

Viva a Revolução Socialista!

Viva o Comunismo!

Pelo Poder Popular e o Socialismo

Construir o socialismo não é substituir a incapacidade e a ineficácia dos capitalistas por um Estado-patrão, tentacular e omnipresente.

Não é substituir tecnocratas marcelistas por gente de cor mais ou menos rosa

É sim, assegurar que o poder dos trabalhadores organizados participe de todas as decisões

É construir uma nova sociedade em que satisfazer as necessidades das massas populares seja o objectivo primordial.

É criar os meios e vontade de fazer rapidamente desaparecer as taras e os desequilíbrios que a sociedade capitalista desenvolveu no seu seio.

É continuar a lutar na frente cultural e ideológica para que os velhos valores do individualismo, da concorrência, do «salve-se quem puder», do elitismo, da repressão, isto é, da ideologia e cultura burguesas sejam substituídos por novos valores, por novas formas culturais, que sejam o produto de uma sociedade em que as relações de exploração desapareceram.

Assegurar a vitalidade e o aprofundamento da revolução socialista, é criar as condições para que a expressão das massas populares se faça de uma maneira cada vez mais ampla, e para que a consciência política assim adquirida, venha a controlar o Estado e **evitar que certas vanguardas organizadas se venham a transformar em camadas privilegiadas,** e mesmo em novas classes opressoras.

Na fase de transição para o socialismo, o Estado apenas reprimirá as tentativas daqueles que, representando a velha sociedade, sabotam e se opõem à nova sociedade em gestação, não tocando num cabelo daqueles que constroem a sociedade socialista.

Como dizia Rosa Luxemburgo, a grande militante do movimento operário, e que os descendentes portugueses dos poltrões sociais-democratas, que a assassinaram, têm muitas vezes citado para esconderem as suas traições «esta ditadura consiste na maneira de aplicar a democracia, não na sua abolição, consiste na supressão enérgica e resoluta dos direitos adquiridos e das relações económicas da sociedade burguesa, sem o que a transformação socialista não se pode realizar. **Mas esta ditadura do proletariado, deve ser obra da classe e não de uma pequena minoria em nome da classe».**

Por outras palavras, deve provir, pouco a pouco, da participação activa das massas, manter-se sob a sua influência imediata, submeter-se ao controlo de todo o povo, ser um produto da educação crescente das massas populares.

Seria seguramente assim que procederiam os bolcheviques se não tivessem sofrido a pressão terrível da guerra mundial, da ocupação alemã, e de todas as dificuldades exorbitantes que aí radicam, dificuldades que têm que corromper toda a política socialista cheia das melhores intenções e dos princípios mais nobres».

O movimento operário comunista internacional é já rico em experiências históricas de sociedades que lutaram vitoriosamente contra o capitalismo e onde o aparelho de Estado burguês foi assaltado pelas organizações da classe operária e seus aliados: a Rússia em 1917, a China em 1949, e Cuba em 1959, são alguns exemplos.

Essas experiências históricas do proletariado internacional têm demonstrado que não houve nenhuma revolução que não fosse original, pois têm na base situações sociais e económicas que não se repetem, e também porque executam uma integração crítica das direcções tomadas, por fenómenos revolucionários anteriores, rejeitando os escolhos iniciais que conduziram ao amortecimento e ao bloqueio do desenvolvimento da construção do socialismo.

O que se passou na União Soviética reveste-se de uma importância histórica decisiva; **as limitações objectivas** concretizadas pelo isolamento internacional verificado à partida, por ser uma primeira experiência, pelo fraco desenvolvimento atingido pelas forças produtivas, pela fragilidade da aliança operária — camponesa, sobrepuseram-se à passagem do poder dos conselhos soviéticos para o partido e para o Estado, que, adoptando o modelo de desenvolvimento assente numa «acumulação primitiva socialista» à custa dos camponeses, fixando baixos preços para os produtos agrícolas, e tributando-os pesadamente, deu prioridade absoluta à indústria dos bens de produção, implantando-a nas cidades, colocando à frente das empresas, em nome da eficácia, unicamente técnicos burgueses e exigindo disciplina e trabalho ao proletariado, acentuando assim as contradições já existentes entre agricultura e indústria, entre campo e cidade, entre trabalho manual e intelectual, dando origem à manutenção de uma sociedade classista e elitista, em que o modo de produção está fortemente condicionado pelos interesses dos estratos que dominam o aparelho de Estado.

Em Portugal, a revolução socialista pertence-nos, pertence-nos a construção de uma sociedade nova.

O aparelho produtivo português, subaproveitado pela irracionalidade do sistema e pela ineficácia dos capitalistas, permite-nos o arranque de um patamar mais avançado do que qualquer um dos exemplos citados.

As efectivas contradições no seio da sociedade portuguesa devem ser atacadas como um todo, sem privilegiar especificamente qualquer delas.

Agora, como sempre, a nossa palavra de ordem traduz-se no avançar dos contra-poderes populares a todos os níveis: comissões de trabalhadores políticas e apartidárias, comissões de moradores, etc.

Mas, neste momento, a projecção destes poderes populares na instância política é mais do que nunca necessária, para a correcta evolução da sociedade portuguesa em direcção ao socialismo e exige o seu progressivo alargamento e articulação através da criação sucessiva de conselhos — estruturas mistas de operários, soldados, marinheiros e moradores, eleitos e revogáveis a todo o momento pelas bases.

Mas não podemos escamotear a necessidade de um **Plano Central Imperativo,** dividido eventualmente por sectores e regiões, englobando as empresas nacionalizadas mas também as excrecências capitalistas das empresas privadas.

Este plano central deve no entanto articular-se com as necessidades primordiais da construção simultânea de uma democracia proletária.

Assim, as suas **metas** não devem nem podem ser impostas mas apenas propostas e discutidas e assimidas finalmente pelo conjunto dos trabalhadores, em assembleias destinadas a esse fim, corrigindo as directrizes e elaborando-as de tal forma que dêem real resposta às necessidades mais sentidas e despertando toda a criatividade que tem estado até agora submetida ao jugo do modo de produção capitalista.

Será justamente através da dialéctica que se estabelecerá entre o «plano» (no que este contém de imposição e subordinação) e os «poderes populares» (que defenderão a linha dos efectivos interesses das massas e não de grupos que se arroguem de seus privilegiados representantes) que passos sensíveis serão dados na direcção da construção de uma sociedade de transição para o socialismo.

Assim, **as metas propostas deverão tender a transformar as relações de produção do País, rejeitando o critério da rendibilidade capitalista,** e definindo o que se produz e como se produz, de acordo com as necessidades da maioria. Deverá também ser rejeitada a submissão às leis do capitalismo internacional, na sua forma imperialista.

Ora isto terá que ser realizado através da dinamização de sectores da indústria que, respondendo às necessidades de consumo sociais, venham a permitir a criação de um número acentuado de postos de trabalho.

Como exemplo, poderíamos citar o caso da construção civil e obras públicas, e todas as indústrias conexas. Isto corresponderia a impor a nacionalização não só da indústria básica dos cimentos, mas também de certas empresas de que só se falou em eventual nacionalização, e ainda especificamente de empresas de construção civil, das de equipamento técnico ou humano adequado ao desempenho da função de **braço executante** das iniciativas de auto-organização popular, traduzidas pelo amplo crescimento das «comissões de moradores», das cidades e das assembleias de freguesia, e conselhos de aldeia nas regiões rurais.

As metas propostas deverão alterar radicalmente as condições de desequilíbrio que se tem mantido entre a agricultura e a indústria no nosso país e que acarretam o despovoamento do interior.

Deverão eliminar as barreiras entre o campo e a cidade, vivificando as zonas rurais, criando uma densa rede de distribuição, de serviços sociais que acompanhe a reforma agrária.

Deverão tender a destruir as barreiras entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, combatendo as hierarquias derivadas da divisão social do trabalho e combatendo e desmitificando os tecnocratas.

As metas propostas devem assumir a escolha estratégica de fontes energéticas não poluentes, devendo estar integradas num plano de defesa dos recursos naturais. As áreas poluidas deverão ser recuperadas. Exemplo frisante do esmagamento das riquezas naturais pelo capitalismo desenfreado, é a liquidação pelos detritos da celulose do estuário do vale do Vouga, local com condições para a produção pecuária.

As metas propostas deverão transformar as relações de dependência que cerceiam o caminho das massas trabalhadoras para o socialismo, diluindo por maior número de países as trocas comerciais, privilegiando parceiros não-alinhados e de economias complementares à nossa, recusando a integração nos quadros económicos do imperialismo.

Deverão admitir sempre o princípio da expressão do poder e vontade dos trabalhadores, definindo organismos regionais e nacionais que os traduzam na instância política.

As metas propostas deverão abrir o caminho para um autêntico internacionalismo de forma a promover o estabelecimento de ligações directas e concretas às lutas dos trabalhadores de todo o mundo, acompanhando a independência nacional de uma verdadeira solidariedade internacionalista.

Deverão assumir a sistemática correcção dos desvios propiciados pela impregnação da ideologia burguesa de que está imbuída actualmente a sociedade portuguesa. Trata-se de pôr simultaneamente em marcha uma autêntica revolução cultural.

(Texto do Núcleo do Porto)

Viva o 1.º de Maio
1.º de Maio de 1974 —
unidade revolucionaria
no derrube do fascismo,
na luta contra o capitalismo
1.º de Maio de 1975 —
unidade revolucionaria
na luta contra o capitalismo
pela RevoluçaoSocialista
EM FRENTE PELO SOCIALISMO
EM FRENTE PELO PODER OPERARIO E POPULAR

VIVA O 1.º DE MAIO

A unidade revolucionária dos trabalhadores, a unidade revolucionária dos explorados e oprimidos, é a arma fundamental da luta contra o capitalismo, contra a exploração e a opressão.

A classe operária organizada e unidade aos seus aliados históricos, o proletariado rural, os restantes trabalhadores, o campesinato pobre, os soldados, marinheiros e oficiais progressistas tudo pode levar por diante, é uma força imparável.

O 1.º de Maio como jornada internacionalista de luta dos trabalhadores de todo o mundo tem mostrado isto mesmo. É por isto camaradas trabalhadores, soldados e marinheiros que o 1.º de Maio de 1975 em Portugal tem que ser antes de tudo um momento em que os trabalhadores reconheçam a sua própria força.

É por isto camarada que o 1.º de Maio de 1975 em Portugal tem de contribuir para o reforço da unidade do povo trabalhador, que continua a ser explorado e oprimido e a viver e trabalhar em péssimas condições.

É por isto camaradas que os trabalhadores e as forças revolucionárias não podem tolerar que certas forças políticas se queiram sobrepor aos próprios trabalhadores utilizando-os nesse dia mais uma vez como massa de manobra para o reforço das suas posições no Governo e nos gabinetes do poder.

É por isto camarada que o 1.º de Maio de 1975 em Portugal tem de ser uma jornada de luta contra o capitalismo, uma jornada de afirmação da vontade dos trabalhadores em avançar contra o capital, lutando por aumentos de salários, contra os aumentos dos ritmos de trabalho, contra as horas extraordinárias, contra os despedimentos e a subida do custo de vida.

É por isto camarada que o 1.º de Maio de 1975 em Portugal tem de ser uma jornada de afirmação das conquistas das massas populares, dos seus órgãos de luta criados após o 25 de Abril, das comissões de trabalhadores e moradores, dos sindicatos democráticos, do poder operário e popular.

É por isto camarada que o 1.º de Maio de 1975 em Portugal tem de ser uma jornada de luta contra as posições reformistas e esquerdistas existentes no seio do movimento operário português e contra as posições sociais-democratas, que após a vitória eleitoral se pretendem insinuar no seu seio.

Para tomarmos aqui e agora no nosso País o exemplo dos trabalhadores mártires de Chicago e de todos os que deram o seu sangue à revolução socialista temos de avançar sem hesitações para o socialismo.

Avançar sem hesitações para o socialismo é garantir o funcionamento democrático do movimento sindical, desde o mais pequeno sindicato até à Intersindical; é assegurar o controle do movimento sindical pelos próprios trabalhadores liquidando o controle partidário que ainda reina sobre ele; é construir uma linha sindical anticapitalista derrotando a conciliação de classes que ainda se mantém no seio do movimento sindical português.

Avançar sem hesitações para o socialismo é construir o controle operário sobre a produção, quer nas empresas nacionalizadas quer nas empresas privadas. Controle organizado de todos os trabalhadores sob a direcção do operariado, assente em órgãos autónomos dependentes das assembleias de trabalhadores e não do Estado.

O M. E. S. tem sido repetidamente acusado de andar a fazer o jogo dos reformistas ao participar em manifestações de massa.

O M. E. S. sempre se definiu face ao reformismo com muita clareza. O reformismo não se combate fora da luta das massas, com meros argumentos ideológicos.

As tarefas revolucionárias da classe operária e dos trabalhadores face ao avanço do processo revolucionário não podem ser definidas em função de necessidades exteriores às próprias massas.

A classe operária e os trabalhadores têm que tomar nas suas mãos a luta pela satisfação das suas necessidades mais imediatas, a luta pelo controle das empresas nacionalizadas através das suas organizações próprias, a luta pela aplicação e o controle da Reforma Agrária, a luta global pela criação do poder operário e popular como resposta à desorganização e anarquia da produção capitalista. Assim se vê como as tarefas da classe operária e dos trabalhadores não se confinam às simples reivindicações económicas. Controle global e não parcelizado assegurado através de orgãos regionais, sectoriais, e nacionais, onde sim, deve haver representatividade sindical.

Depende da classe operária e dos trabalhadores da sua capacidade de lutar e de se organizar cada vez mais e mais eficazmente que as medidas económicas já tomada pelo Conselho da Revolução, sejam medidas revolucionárias, que abram de facto o caminho para o socialismo.

É por este facto que as posições de algumas organizações ditas de esquerda correm o risco de assumir um carácter contra-revolucionário. Ao menosprezar tais medias, tomando-as como simples expedientes que preenchem necessidades de salvação do capital colocam para segundo plano a capacidade de luta e a capacidade da classe operária e dos trabalhadores de intervir de forma decisiva no processo revolucionário.

Se as forças reformistas ficam sempre a meio caminho no ataque ao poder do capital, não se pode esquecer, nem o papel dos sectores progressista e revolucionário do M.F.A. que têm aberto até hoje espaços para a imposição da vontade da classe operária e dos trabalhadores, nem a vertiginosa e violenta ascenção da luta de massas e a sua capacidade para criar órgãos de efectivo poder operário e popular.

É levando em conta estas duas componentes do processo revolucionário que o M.E.S. tem orientado a sua acção: apoio aos sectores progressista e revolucionário do M.F.A., incentivo e organização do movimento de massas anticapitalista. Este processo não está esgotado. Nem a classe operária conquistou o poder nem a burguesia o perdeu em definitivo. Tudo se continua a jogar e tudo depende quer da capacidade das massas e das organizações revolucionárias para organizar o seu combate, quer da capacidade do M.F.A. para avançar no caminho que já anunciou e do qual deu alguns passos importantes.

Aos soldados, marinheiros, milicianos e oficiais

Avançar sem hesitação para o socialismo é ser capaz de unir a classe operária e os trabalhadores progressistas e revolucionários do M.F.A. cabem pesadas responsabilidades em todo este processo. Impedir que o exército que levou a cabo o 25 de Abril passe a Exército profissional, unindo-se, antes cada vez mais intimamente ao movimento popular das massas caminhando firmemente para a defesa armada de revolução.

Aos operários das cidades e dos campos, aos empregados e aos revolucionários cabem as pesadas responsabilidades de montar uma eficaz vigilância popular travando os intentos das forças políticas vitoriosas nas eleições burguesas que pretenderão impor uma solução autoritária de fachada democrática, opondo às manobras de cúpula, órgãos de massas que possam fundir-se, para o avanço do processo revolucionário, com os solados, marinheiros e oficiais progressistas e revolucionários criando um verdadeiro exército popular.

e a sua crescente capacidade luta e de organização com os soldados, marinheiros e oficiais progressistas e revolucionários numa única força unida e organizada em torno da defesa do processo revolucionário e do avanço irreversível para o socialismo.

Avançar sem hesitação para o socialismo é lutar e criar o poder operário e popular impondo o controle operário sobre a transformação da economia portuguesa e o controle popular sobre a satisfação das necessidades colectivas, levando até à sua última consequência o processo de ataque ao capital, obrigando o patronato e os capitalistas a pagarem a sua própria crise.

Avançar sem hesitações para o socialismo é derrotar a direita capitalista e a social democracia que com a sua recente vitória eleitoral se mostrarão cada vez mais aguerridas em impor novas formas de dominação e exploração dos trabalhadores portugueses preparando o caminho do autoritarismo agressivo de fachada democrática.

Avançar sem hesitações para o socialismo é criar as condições para a tomada do poder pelos trabalhadores sob a direcção da classe operária, é lutar pela unificação da vanguarda de classe do proletariado português, é tornar possível a palavra de ordem ofensiva que todos os lutadores de ontem e de hoje, todos os trabalhadores esperam cada vez com maior ansiedade, à medida que a crise económica e política avança, e que nem o reformismo nem o esquerdismo poderão avançar: em frente, esmaguemos o capitalismo e o Estado burguês, mandemos para o caixote do lixo os ministros e os deputados burgueses e ergamos o Estado Proletário. Em frente pela revolução socialista.

Viva o 1.º de Maio!
Vivam os trabalhadores de todo o mundo!
Viva a classe operária!
Viva o internacionalismo proletário!
Unir, organizar, vitória popular!
Unidade sindical contra o capital!
Uma só solução controlar a produção!
Contra o capital para o socialismo!
Lutar criar poder popular!
Prá vitória da classe operária!
Unidade revolucionária!
Avante pelo socialismo!
Viva o comunismo!

EM FRENTE PELO SOCIALISMO

EM FRENTE PELO PODER OPERÁRIO E POPULAR

contra a violência capitalista organizemo-nos

No momento especialmente importante que estamos a atravessar, em que a burguesia tentará recuperar o poder político que em parte perdeu e redobrará assim a exploração das classes trabalhadoras, teremos de conseguir novas conquistas que reforcem a luta dos trabalhadores no sentido do socialismo.

Todos os avanços que se registaram depois do 25 de Abril foram conseguidos na luta diária travada pelas classes trabalhadoras à qual se aliaram as forças políticas de vanguarda e a facção progressista do M.F.A.

Nada lhes foi dado, todos os avanços foram duramente conquistados, pois as classes privilegiadas, os capitalistas, o patronato, não oferecem, não prescindem do seu bem-estar nem dos seus lucros.

E quando das tentativas golpistas do 28 de Setembro e 11 de Março souberam, aliados aos soldados e marinheiros e aos oficiais progressistas, criar uma força capaz de enfrentar e derrubar as intentonas.

Mas, não é só nos momentos de crise, nem em lutas localizadas, que tem de ser exercido o controlo e a vigilância dos trabalhadores.

É necessário e urgente criar as formas organizativas permanentes que em todos os momentos e aos vários níveis sejam capazes de responder à agressão capitalista, à agressão imperialista ou colonicalista

O Movimento de Esquerda Socialista quando defende, quando luta por órgãos de poder operário e popular, aponta já as formas organizativas que deve tomar a vigilância popular.

Como poderão os trabalhadores fazer frente às manobras do patronato que tenta encerrar as fábricas, que deixa terras por cultivar, que foge para o estrangeiro com o dinheiro acumulado à custa da exploração e da miséria dos operários, operários que lança aos milhares no desemprego?

Aqui a resposta tem de ser de todos os trabalhadores, organizados em Comissões de Trabalhadores e através dos seus sindicatos sem no entanto deixarem que sejam ou os executivos dessas comissões ou as direcções dos sindicatos a agirem independentemente das massas trabalhadoras

Como poderão os trabalhadores lutar contra os especuladores que nos bairros, nas cidades e nas vilas, lhes roubam, através de uma legalidade de burguesa os espaços livres e colectivos, para construirem prédios onde deveriam existir escolas, creches, hospitais, centros recreativos, jardins, e ainda por cima lhes vêm alugar as casas por rendas incomportáveis para os salários insuficientes que neste momento são os das classes trabalhadoras?

Como poderão as classes oprimidas e exploradas combater todos os que colaboram conscientemente ou inconscientemente com a reacção, ao lançarem boatos alarmistas, ao açambarcarem géneros alimentícios, ao provocarem a desunião popular?

Criando, elegendo Comissões de Moradores da confiança da população e que com ela organizem comissões de vigilância sobre a utilização dos terrenos sobre a distribuição das casas Criando cooperativas de distribuição de produtos que em ligação directa à produção e portanto às Comissões de Trabalhadores, combatam os aumentos de preços e os açambarcamentos e sejam elas a decidir aquilo que deve ser produzido

Como poderão os trabalhadores derrotar os fascistas que conspiram no segredo, protegidos ainda por sectores reaccionários das Forças Armadas, com posições ainda fortes na P.S.P., na G.N.R., nos serviços de Estado, nas juntas de freguesia, nas Câmaras? Como poderão impedir as conspirações, os golpes, que a burguesia continuará a tentar para impedir o avanço decisivo da luta de classes no sentido do socialismo?

É criando as ligações necessárias entre as Comissões de Vigilância Popular e as organizações de soldados e marinheiros, caminhando assim a passos firmes para a criação de um verdadeiro Exército Popular, exército popular que será então de facto o Povo armado, o Povo vigilante

Como poderão os trabalhadores fazer frente ao imperialismo estrangeiro que monta o cerco económico ao nosso país, que dá apoio aos partidos políticos do patronato, que coloca aqui os seus agentes policiais, especialistas na preparação de contra-revoluções e que chega ao ponto de ameaçar invadir militarmente Portugal?

Só através do poder popular e do avanço para um verdadeiro internacionalismo proletário se atacará de facto o imperialismo

O internacionalismo proletário não é uma palavra oca, é antes um poder que é necessário reforçar se queremos construir o socialismo, o internacionalismo proletário é única respota possível ao imperialismo mundial.

Neste momento, a **solidariedade de classe que os trabalhadores de todo o mundo poderão e deverá dar aos trabalhadores portugueses é fundamental**

Assim como é fundamental que face aos jovens países africanos, se manifeste bem claro a nossa posição de solidariedade activa contra o colonialismo, que se denunciem todas as manobras do capitalismo que ao perder poder político e económico em Portugal tenta recuperá-lo reforçando as suas posições em Angola.

O processo de descolonização iniciado tem de ser prosseguido com o inequívoco apoio das classes trabalhadoras portuguesas.

E não tenhamos dúvidas de que ao perder posições no Vietnam, no Cambodja, ao ser cada vez mais contestado nos seus próprios países, **o imperialismo tentará reforçar e invadir os países que lhe pareçam oferecer neste momento maiores garantias E invade a América Latina e invade Angola.**

É necessário lutar pela expulsão da NATO de Portugal É necessário exigir que Portugal saia da NATO É necessário expulsar a CIA de Portugal

É urgente que a nível internacional se lute contra a reorganização dos fascistas e reaccionários, é urgente combater o boicote económico e político com que o imperialismo internacional nos cerca.

É urgente que nos aliemos aos povos explorados e oprimidos do 3.º Mundo.

É urgente a solidariedade activa com todas as classes exploradas e orpimidas do mundo.

Cada operário, cada trabalhador, cada um de nós tem de estar vigilante, tem de contribuir em cada momento para um eficaz ataque ao capitalismo, tem de participar activamente nas suas organizações de classe, as quais têm de ser por ele controladas a todos os níveis e em todos os momentos.

Em frente pelo internacionalismo proletário.

Lutar, criar, vigilância popular!

Rossana Rossanda:

Permitam-me que vos traga a esta assembleia de encerramento da campanha eleitoral alguma coisa mais, alguma coisa diferente: as saudações revolucionárias e de solidariedade do Partido Italiano de Unidade Proletária para o Comunismo com o Movimento de Esquerda Socialista Creio poder trazer-vos em nome de todos os camaradas italianos hoje em Lisboa, mesmo não pertencendo à mesma organização, um testemunho de fraterna participação da Vanguarda Operária e Estudantil italiana ao vosso processo

Escrevi sobre estas eleições, mas não só sobre elas, o que escrevi não diz unicamente respeito ao vosso destino: Aquilo que há um ano já se vem passando em Portugal diz-nos respeito a todos.

Todos estamos empenhados na luta que vós haveis começado para derrubar o fascismo, e também na luta contra o perigo ainda não debelado duma retomada do poder pelo fascismo aqui no vosso país.

Mas não só no vosso país. O 25 de Abril é uma data importante para nós também. É a data da vitória da nossa Resistência. Este ano será o 30.º aniversário da grande guerra popular da libertação travada contra o nazismo e o fascismo em Itália.

E nós celebrá-la-emos este ano, com a consciência de que este fascismo que foi destruído há já 30 anos ainda não morreu.

É uma força marginal, mas ainda capaz de desferir golpes e de fazer vítimas.

E esta besta violenta não se destrói apagando-se juridicamente ou legalmente duma constituição, destrói-se sim, mas através de uma luta popular de todo um povo capaz de destruir as raízes sociais onde o fascismo se reproduz.

É destruindo a própria sociedade do capital que segrega o fascismo

O vosso êxito é fundamental para nós e não somente na luta contra o fascismo, hoje em dia sopra na Europa um vento diferente daquele que soprava no pós guerra: é a **crise do imperialismo e da hegomonia americana, é o fim da estabilidade política e económica das classes dirigentes dos velhos e dos novos patrões. É a grande vaga de esquerda que não permitiu que a vossa revolução antifascista ficasse só pelo antifascismo.**

Está na ordem do dia, convosco como connosco, a transição para um sistema diferente, o socialismo que toca já à porta do Ocidente.

O que está em causa é o novo poder, através do qual a classe operária se liberta e não se liberta sozinha — liberta toda uma sociedade, dando ao trabalho um novo significado, realizando finalmente a liberdade contra a exploração, a violência e a alienação.

A forma como este processo se abriu em Portugal pela Revolução do M.F.A. a especificidade do processo que aqui se abre é uma grande lição

O nosso desejo, a nossa certeza é que o bloco histórico e os seus aliados em Portugal seja capaz de colher e levar a tempo esta potencialidade

Comissões de trabalhadores base do controlo operário!

A partir de agora não será mais possível a confusão política que reinou neste ano em Portugal

O que está agora em causa, e a partir das nacionalizações, é muito claramente o seguinte: ou a construção de uma alternativa ao capitalismo, de uma maneira concreta e real de avançar para o socialismo; ou um processo de meias tintas que irá permitindo à direita reorganizar-se, agudizar o caos económico. Num momento em que há congelamento de preços, começar o açambarcamento para pressionar que não haja mais congelamento de preços, jogando com um dos seus trunfos fundamentais que é o caos económico, para justificar perante o país e perante o mundo uma intervenção reaccionária, violenta, repondo a dominação opressiva de classe da burguesia

Contra isto, como devemos lutar? Temos, e isso compete aos revolucionários, de saber não negar os nossos espegar os nossos esforços para inflectir os processos de transformação económica e política que estão em curso. Temos que saber fazer destes processos de ataque à burguesia financeira, destes processos nacionalizações um processo de ataque a todo o sistema capitalista.

Para o revolucionário o inimigo fundamental não é como os reformistas apregoam, os monopólios e os latifúndios, **para os revolucionários o inimigo é o sistema capitalista**

Quando os reformistas dizem que as nacionalizações são praticamente o socialismo, quando os esquerdistas dizem que as nacionalizações só servem o capital, os revolucionários respondem (e sobretudo pela acção) dizendo as nacionalizações já feitas não chegam E não chegam por duas razões: 1.ª — porque é necessário ir mais longe; 2.ª — porque é necessário construir o controlo organizado de todos os trabalhadores sobre as nacionalizações.

Neste momento, para além do perigo representado pelas forças da direita, que os trabalhadores já vão conhecendo, fundamentalmente interessadas em esmagar a luta dos trabalhadores e cortar a sua iniciativa e em utilizar todas as posições que detêm, nomeadamente no governo provisório, para fomentarem o caos económico e limitarem os estragos do processo de nacionalizações, os trabalhadores e o movimento operário têm de enfrentar dois outros perigos, também capazes de virem a provocar trágicas consequências, porque impedirão a classe operária e os seus aliados de ganharem a força e a organização para esmagarem as forças capitalistas.

perigos

E os dois perigos são os seguintes:

De um lado a posição reformista que se traduz num completo absurdo que é o de transformar órgãos reivindicativos em órgãos de controlo operário Isto é uma incorrecção tremenda, que poderá levar a uma grande derrota do movimento operário neste país. Órgãos reivindicativos o papel de controlo operário.

Órgãos reivindicativos como as comissões sindicais ou os sindicatos têm um papel a desempenhar. **É tão incorrecto querer fazer do controlo operário um controlo sindical como fomentar experiências autogestionárias desligadas do processo político global**

O outro perigo vem da posição que os esquerdistas cada vez mais assumirão, caindo no radicalismo económico, caindo numa posição sempre de defesa da luta economicista, tentanto recuperar as poucas forças que conseguem captar e que são isoladas pelo próprio reformismo.

Esses dois perigos devem ser combatidos duma forma muito simples, que está na resposta às seguintes perguntas: **Quem deve controlar a produção? São as comissões sindicais e os sindicatos? «Não!» O controlo deve ser feito apenas por empresa? e a nível sectorial, regional e nacional sem participação sindical?** Também não? O controlo operário tem de ser feito pelas comissões de trabalhadores, órgãos que puseram em questão o poder do capital e que têm de ser fortalecidos. **São as C T a base do controlo operário!**

O que está em causa é toda a economia, por isso, têm que ser criados órgãos de coordenação a nível de sector de actividade, a nível de região e a nível nacional. As Comissões de Trabalhadores, erguidas em órgãos de controlo operário da produção, não podem estar dependentes do Estado como os reformistas querem. Têm de estar dependentes das assembleias de trabalhadores por empresas.

Não devemos cometer o erro de não colocar devidamente a questão sindical. **É nos órgãos de coordenação do sector de actividade, regional e nacional, que devem estar os representantes sindicais ao lado dos representantes vindos dos órgãos de base, das comissões de trabalhadores** Desta forma o movimento sindical pode contribuir para preencher o seu papel que é o de contribuir, ao lado dos órgãos de poder operário e popular, para o avanço da luta de massas, para forjar a capacidade de resposta dos trabalhadores a esta crise que vivemos.

trabalhar mais?

Que nos dizem as forças reformistas acerca do que deve acontecer nas empresas nacionalizadas? acerca do que deve ser o esforço económico do nosso país? Dizem-nos fundamentalmente que há que produzir, há que trabalhar, os sectores nacionalizados têm que ser sectores para aumentar a produção da riqueza. E nós perguntamos: a quem vão vender esses sectores nacionalizados? São fundamentalmente sectores básicos, que vendem às outras empresas que estão nas mãos dos capitalistas. Se continuar assim o que acontece daqui a seis meses ou um ano? Os pequenos e médios capitalistas estão mais gordos! Porque essa é a lei do capitalismo, e os monopólios não podem ser combatidos sem se combater o capitalismo.

Assim, quais são as tarefas essenciais neste momento?

impôr o controlo

Temos que ultrapassar os limites e os obstáculos que neste momento surgem face ao controlo operário, face à afirmação segura do poder popular Temos uma dificuldade muito grande que é a das empresas nacionalizadas serem empresas com minoria operária, e em muitas delas, nem sequer existir o sector operário. Temos que avançar claramente por formas colectivas, de sector, de região e nacionais para o controlo das nacionalizações. **Temos que impedir que o Governo ou a Intersindical tomem decisões sem os trabalhadores as dicidirem primeiro** Temos que exigir que as ideias que o Governo tem, que as ideias do último plenário da Intersindical (que mais não exprimem que as posições de direcção) sejam ideias que têm de ser avançadas aos trabalhadores, mas têm de ser os trabalhadores a dizer como se faz o controlo operário, o que é que se vai produzir neste país, o que têm de fazer as empresas nacionalizadas. Não podem ser nem o Governo, nem a Intersindical, sem prévia discussão nas Assembleias de trabalhadores, em assembleias regionais e nacionais a decidirem. **Esta é a primeira tarefa:** têm de ser os trabalhadores a definirem os termos em que se fará o controlo operário da produção e têm de ser os trabalhadores a erguê-lo.

comissões legalizadas

Asegundatarefaé,fazer dascomissõesdetrabalhadores verdadeiros órgãos do poder operário Não nos podemos iludir: muitas comissões de trabalhadores funcionam mal, em muitas empresas não há comissões de trabalhadores. **Temos de desencadear um movimento de reconhecimento estatal das comissões de trabalhadores, democraticamente eleitas, e formar outras C T**

A terceira, é uma tarefa importante É a de sabermos fazer com que a nossa voz, que tantas vezes se ergueu gritando pelo poder popular, pelo poder operário, se traduza em actos. **Temos que assumir a nossa condição de militantes revolucionários e, no nosso local de trabalho, no nosso local de habitação, fazer deste grito obra: criar comissões de moradores, criar conselhos de aldeia, criar órgãos de poder operário e popular para que a classe operária tenha capacidade de resposta a esta situação**

Para os militantes revolucionários os nomes não interessam. **Estes órgãos de poder operário e popular já foram chamados de sovietes, conselhos, etc os nomes não nos devem prender Devemos é criá-los com os nomes que os trabalhadores saberão encontrar para eles**

Esta é a terceira tarefa, a tarefa de globalizar as lutas dos trabalhadores, de trazer para o lado da classe operária, as restantes camadas exploradas e oprimidas que a burguesia lhe tem disputado erguendo o poder popular. Temos que fazer deste processo um processo de combate à sabotagem económica, à desorganização capitalista, um combate ao desemprego e ao custo de vida mostrando claramente aos reformistas que a luta contra o desemprego e a subida do custo de vida não é uma luta para as calendas, para daqui a 3 anos. É uma luta para hoje e para amanhã, é uma luta que temos de travar a partir de agora. Temos que assumir esta condição, temos de saber em todos os locais avançar para o poder popular. Só desta maneira derrotaremos o capitalismo, derrotaremos as pseudo-revoluções democráticas «a caminho do socialismo». Não há duas fases no caminho do socialismo. Há apenas uma que é o caminho seguro da organização do movimento de massas, de dar ao movimento de massas uma orientação anticapitalista, de dar a esse movimento de massas uma expressão nacional. O caminho não é o da democracia rumo ao socialismo. É o do poder operário e popular rumo à tomada do poder pelos trabalhadores, com a classe operária na frente, e ao socialismo.

Fazendo das nacionalizações um processo controlado pelos trabalhadores saberemos avançar decisivamente para outras tarefas: — Impedir que a direita consiga traduzir em termos políticos a vitória eleitoral — Impedir que o imperialismo continue a cercar o nosso país, — Impedir que o reformismo comprometa os avanços decisivos.

Todos os explorados e oprimidos esperam por uma palavra de ordem, por uma palavra de ordem de ataque, de combate, e não uma palav[ra] de ordem defensiva. [O] dever dos revoluc[io]nários é dar-lhes e[ssa] palavra de orfem. É [di]zer: temos de obrigar [o] capital a pagar a s[ua] própria crise, temos d[e] avançar, temos de lutar temos de fortalecer todas as formas de organização de classe e não ficar nas meias tintas. Só assim não ficaremos a meio caminho derrotados e iremos até ao fim, vitoriosos.

Viva a classe operária!

Avante pelo popder popular rumo ao socialismo!

Em frente pelo socialismo para construir o comunismo!

CONTROLO, GESTÃO E PARTIDO

Adiante publicamos um texto enviado por um camarada, sobre alguns dos temas que mais exigem, neste momento, a atenção da classe operária e de todos os revolucionários.

Com a sua publicação pretendemos contribuir para uma discussão que tem de ser levada até às suas últimas consequências e cujos resultados são fundamentais na definição de socialismo que queremos e do modo de o conseguir.

1. Numa época em que tanto se fala, em Portugal, em controlo operário, organização autónoma de classe e partido, chegando a contrapô-los uns em nome dos outros, conviria (agora que a discussão política se faz mais pela afirmação permanente de ideias adquiridas) conviria, diziamos, tentar contribuir para a clarificação dos conceitos usados, ultrapassando falsos problemas e lançando algumas bases para novos avanços neste debate.

2. Estas discussões não são novas no movimento operário internacional. Cada nova geração que chega ao campo da luta política, crê sempre, ao princípio, ser a portadora das novas e decisivas perspectivas, para o avanço da Revolução.

Ignoram, a maior parte das vezes, que nada mais fazem do que reproduzir discussões já tidas e por vezes ultrapassadas, pelo debate e pela experiência histórica. Essas discussões são tanto mais ferozes e improdutivas quanto mais reina o dogmatismo e o sectarismo. Naturalmente. Mas também não desesperemos: esse tipo de posições corresponde geralmente a uma época de juventude e ausência de memória revolucionária da classe operária. Cremos ser essa a situação portuguesa. Com o evoluir acelerado das lutas que hoje se observa muitos desses problemas serão ultrapassados, muitas dessas posições serão varridas da cena da história, como já aconteceu noutros países (Itália, por ex.).

Assim o conhecimento da história do movimento operário não é uma inclinação para arquivista ou diletante. Poderá ser um meio de clarificar perspectivas, evitar erros já cometidos no passado.

3. A separação entre os produtores e os meios de produção é a base de toda e qualquer sociedade de classes. **Portanto só a posse (colectiva) dos trabalhadores sobre os meios de produção lançará as bases para uma sociedade sem classes.** Possuir os meios de produção, possuir o poder económico (e político) implica que os mesmos trabalhadores decidam, eles próprios, tudo o que diz respeito a esse poder económico. É a classe que toma as decisões, no conhecimento de todas as informações necessárias para tal. O que não implica a negação de formas de planificação centralizada. **O que implica que a planificação seja a feitura de um plano, duma proposta, que não se pode impôr e sobrepor às decisões da classe democraticamente tomadas.** Tomar as suas decisões sobre o que é seu designa-se, vulgarmente, por gerir. É por isso que se diz que **a autogestão, a gestão pelos próprios produtores, só é possível no socialismo, é mesmo o conteudo do socialismo.** É por isso que a autogestão em sistema capitalista não poderá passar de experiências limitadas, embora importantes, e a ilusão da sua viabilidade na sociedade actual não leva a mais do que o reforço das falsas competências técnicas e à assimilação pelos próprios trabalhadores de critérios capitalistas. **Por isso a autogestão generalizada, o poder dos trabalhadores sobre todos os aspectos e campos de uma sociedade, implica a conquista do poder político, implica a constituição dos trabalhadores em força dominante, a constituição do proletariado em classe dirigente.**

4. Controlar, por outro lado, implica, desde logo, uma limitação de poder. Controlar é supervisar, inspeccionar, verificar decisões tomadas por outros. É uma fase em que os trabalhadores vigiam, mas não mandam totalmente. Em que pouco ou nada se poderá fazer sem o consentimento dos trabalhadores, mas em que estes não têm a capacidade técnica de direcção e as formas organizativas para isso necessárias. **Controle operário implica uma situação de dualidade de poder.** O problema é saber se em determinada situação de duplo poder a classe operária é a classe ascendente, ou não. É saber se quem manda e dirige já é ou ainda não é a classe operária.

É saber se o controlo operário é uma fase e um modo de construção do poder dos trabalhadores, se é uma maneira de retirar o poder a esses mesmos trabalhadores. Cremos que historicamente se verificaram já ambas as situações. O controlo já serviu de panaceia para quando o partido governa em nome da classe, para iludir a realidade de que já não é a classe que exerce o poder.

Pensamos assim que em nenhuma ocasião se pode confundir controle operário com gestão da sociedade pelos trabalhadores. Fazê-lo é confundir situações, querer misturar fases muito diferentes do poder dos trabalhadores. Nem sequer se pode chamar «controlo total da sociedade pelos trabalhadores» ao socialismo. Na sociedade socialista os trabalhadores decidem e não só controlam (mesmo que todas) as decisões tomadas por outros.

uma vanguarda de luta e de consciência de classe...

5. **Fazer estas confusões é reformismo e revisionismo.** Quer isto dizer que todos aqueles que dizem que os trabalhadores estão no poder quando o seu partido está no poder, mais não fazem do que iludir o verdadeiro carácter do socialismo, o poder colectivo dos produtores através dos órgãos que, na fase histórica considerada, eles criarem.

Na negação desta verdade elementar está a base do revisionismo. **A substituição da classe pelo partido conduz sempre, a mais ou menos longo prazo, ao menosprezo do poder operário, progressivamente substituído por aqueles que, no partido, se consideram os fieis interpretes da vontade da classe.** E isto tanto vale para partidos hoje maioritários na classe operária, como para aqueles que aspiram a substituí-los.

6. **Não quer isto significar o menosprezo do papel do partido revolucionário na situação actual.** Quererá isto significar, talvez, o repensar do conceito de partido à luz das novas situações que o desenvolvimento capitalista vai criando nos países sob sua influência.

Queremos dizer (hipótese para discussão) que não será mais possível hoje, com a complexidade da sociedade capitalista a todos os seus níveis, construir o verdadeiro e único partido da classe operária, no sentido tradicional de partido, de organização partidária. Pensamos que hoje há que repor-pôr a definição da ideia de partido como a forma de organização da vanguarda de classe, e não como a mais ou menos monolítica organização partidária que até hoje temos conhecido. O avanço do poder dos trabalhadores não pode estar à espera (e será isso possível?) da constituição da verdadeira organização partidária para se poder dotar da linha e das concepções que a façam avançar para a conquista do poder político.

O partido operário será hoje, admitimos, construido a partir da organização progressiva das vanguardas reais da luta dos trabalhadores, pela generalização e organização progressiva do seu poder democrático que se vai afirmando na luta de classes (comissões de trabalhadores), mesmo que aí participem várias organizações partidárias, tais como as que conhecemos hoje.

O partido será portanto a organização de uma vanguarda de luta e de consciência de classe, uma proposta organizativa avançada como resultado do movimento de massas, elemento dinamizador desse mesmo movimento, garante da generalização progressiva da prática de luta e da consciência a toda a classe.

Não se confunde esta ideia com a concepção, quase reformista, da constituição da classe em partido.

Sabemos que numa sociedade de classes há e haverá sempre sectores da classe operária com diferentes níveis de consciência. Não podemos estar à espera que todos os elementos da classe estejam perfeitamente conscientes da necessidade e formas do socialismo. Não se pode impedir a vanguarda real da classe de avançar devido ao atraso de sectores mais recuados dessa própria classe. Sabemos também que a luta de classes não acaba com a conquista do poder pelos trabalhadores. Antes pelo contrário, em socialismo a luta de classes atingirá níveis superiores, fomentando o acesso do conjunto dos explorados e oprimidos à consciência da sua situação, condição indispensável para o avanço mundial para o comunismo.

Por isso mesmo, se concebermos o partido como a expressão organizada do poder operário e popular, cremos ser possível começar a ultrapassar o impasse histórico em que se tem sempre caido pela separação entre a vanguarda e a classe. O partido de classe será assim a organização autónoma da classe, não no sentido em que certas «vanguardas» autoproclamadas a querem entender (não se percebe bem como, às vezes!) mas no sentido em que será a organização que, mantendo uma relação dialética com a luta de massas, poderá exprimir em cada momento, sob a hegemonia da classe operária, os interesses de todos os explorados pelo fim da sociedade do salariato, a forma organizativa dos trabalhadores (que é do movimento de massas e exige a sua expressão nele) pela sua própria emancipação.

7. Pensamos que este texto não é mais do que uma tentativa de iniciar claramente uma discussão que se tem vindo a fazer mais ou menos «had hoc».

Pensamos que estes primeiros elementos para a discussão possam contribuir para o sistematizar progressivo duma série de ideias que permitam uma prática mais esclarecida.

AÇORES:
Apoiemos a ocupação das casas desabitadas!

No dia 13 de Abril, habitantes dos bairros pobres de Ponta Delgada decidiram ocupar casas pertencentes à Previdência, construídas e desabitadas há um ano.

Inesperadamente as Forças Armadas opuseram-se frontalmente à sua justa aspiração. Isto deve-se fundamentalmente à falta quase total de saneamento, mantendo-se à frente do Exército elementos pouco integrados no espírito progressista que, neste momento, é dominante no M. F. A.

O dogma da obediência cega que cultivam e a que chamam «disciplina», e um desesclarecimento alienante e embrutecedor impedem que se verifique a identificação — já em tantos lados uma realilidade — das F A com o povo (a que pertencem e de que provêm)

Medidas urgentes são necessárias para que também em S. Miguel avance o processo revolucionário e a mobilização e consciência política do povo, civil ou fardado.

Adiante reproduzimos o comunicado emitido pelo núcleo do M E S de Ponta Delgada:

Os moradores dos bairros pobres de Ponta Delgada, Farrapeira, Barreiro, Gonçalo, Mãe de Deus, Negrão, Quinta do Ribeiro, Loreto, Calheta, Areeiro, Becos da Arquinha, habitando em cabanas, telheiros, ou em cubículos sem instalações sanitárias, algumas vezes sem água nem luz, nem esgotos, desde há muitos dias a denunciar esta situação através de comunicados à população da responsabilidade das suas comissões de moradores.

Tendo discutido amplamente os seus problemas e constatado que na Avenida D. João III existiam 113 apartamentos construídos e pagos pelos trabalhadores, concluídos e desabitados há cerca de um ano, acharam justo que eles fossem para quem os construiu e pagou — os trabalhadores. Assim, decidiram a sua ocupação na madrugada de domingo.

São cerca de 370 pessoas distribuídas pelos 12 bairros mencionados, com rendimentos na maioria dos casos inferiores ao salário mínimo nacional.

Considera o M. E. S. a sua decisão de ocupação justa e por isso os apoia totalmente na sua luta.

À hora marcada, eis que surge a vedar a entrada da zona um aparato militar nunca até então visto em S. Miguel, constituído por forças do B. I. I. 18, do B. A. G. 1 e da Castanheira e agentes da P. S. P. Objectivo — defender os prédios da justa ocupação pela classe trabalhadora, numa clara e horrível provocação e intimidação a quantas famílias àquela hora ali se dirigiram.

Perguntamos: Quando as Forças Armadas se opõem a uma justa pretensão do povo, estarão a fomentar a união Povo/M. F. A.?

Mas quem são as Forças Armadas?

As Forças Armadas são os soldados deste País, os filhos daquelas famílias que àquela hora se decidiram corajosa e finalmente adquirir um dos direitos do homem — o direito à habitação.

Mas os soldados estavam lá, perceberam aquele acto de injustiça, mas nem por isso deixaram de obedecer às ordens dos senhores oficiais. Estes sim, não têm problemas de habitação (esta, para muitos, é quase de borla) e com ordenados que lhes chegam suficientemente para aderirem a uma classe social que explora e oprime os trabalhadores.

Num momento da vida do nosso país em que as Forças Armadas têm dado provas de lutarem ao lado do povo (28 de Setembro, 11 de Março, etc.) como se compreende uma manobra tão repugnante das Forças Armadas estacionadas em S. Miguel?

Tem o Movimento de Esquerda Socialista afirmado sem rodeios que apoia e apoiará a ala progressista do M. F. A. Isto porque, se há de facto uma ala progressista do M. F. A., há também uma ala reaccionária. Uma facção ainda não saneada.

Se em Lisboa a ala progressista tem conseguido avançar algumas das suas posições, aqui, em S. Miguel, não se pode falar em ala progressista. Saneado que foi o governador militar, e substituído o comandante do B. I. I. 18, os outros oficiais do quadro têm dado sobejas provas de reaccionarismo com destaque para o **major Monis**, actual comandante da Polícia, indivíduo muito conhecido pelas suas relações com os fascistas mais destacados cá do sítio. Este chegou a afirmar que a ocupação não era solução, porque também se encontrava inscrito nas casas da Previdência. Ele que ganha qualquer coisa parecida com 15 000$00 mensais. Isto sabemos nós, que as pessoas inscritas nas casas da Av. D. João III, são pessoas que têm 2 e 3 contos para pagar de renda por mês.

Agora, perguntamos: porque estavam lá os soldados?

Obedeciam cegamente às ordens dos seus superiores, obrigados ainda cá a respeitar uma hirarquia do tempo do fascismo.

Como é possível que haja uma contradição tão grande entre os valorosos soldados do R. A. L. 1 e os soldados estacionados em S. Miguel?

Aqui em S. Miguel, enquanto não houver um efectivo saneamento das Forças Armadas, estamos sujeitos às provocações e intimidações a que esta madrugada assistimos.

Assim, exigimos o saneamento das Forças Armadas estacionadas em S. Miguel.

Mas, camaradas, a luta dos moradores dos bairros pobres não parou. Dezenas de pessoas permaneceram firmes até de manhã, apesar dos dicursos demagógicos de alguns oficiais para que as pessoas dispersassem, pondo as carrinhas à sua disposição.

A certa altura o governador militar recebeu alguns elementos e prometeu ir a Lisboa na 3.ª-feira, juntamente com 2 elementos das referidas comissões, para resolver este problema.

Mas às classes trabalhadoras não interessam promessas. São necessárias habitações.

Aconteça o que acontecer, prometam o que prometerem, exijamos que os prédios da Avenida D. João III sejam para os moradores dos bairros pobres de Ponta Delgada.

Vivam os moradores dos bairros pobres de Ponta Delgada!

Avante pelo poder operário e popular!

Movimento de Esquerda Socialista
Núcleo de Ponta Delgada

Otelo Saraiva de Carvalho comandante adjunto do COPCON comentou:

— As comissões de moradores que têm fomentado a ocupação de casas representam pequenas células do povo português a viver intensamente a sua revolução.

— As comissões de moradores, na medida em que vão tentar resolver o problema habitacional da gente muito pobre, são extraordinariamente úteis. O fundamental é que sejam, tanto quanto possível, apartidárias, e que tenham por finalidade a solução daquele problema.

— e em Lisboa

Realizou-se, dia 22 de Abril passado, uma manifestação de repúdio pela lei antipopular sobre a ocupação de habitações.

Milhares de trabalhadores e familiares dirigiram-se para S. Bento sob as palavras de ordem «Casas sim! Barracas Não!», «Pela Nacionalização da Habitação!», onde tornaram público o seu inequívoco repúdio pela publicação de mais uma lei cozinhada nas suas costas sobre um assunto que lhes diz directamente respeito.

As ocupações de casas a que temos assistido, não só em Lisboa e arredores mas também por vários pontos do País, provam que os trabalhadores não estão dispostos a abandonar a luta contra a exploração de que são vítimas, a luta contra a exploração do capital.

Porque os trabalhadores não são só explorados na fábrica. São obrigados a viver nos arredores das cidades, longe do seu local de trabalho. São obrigados a utilizar uma rede de transportes públicos que os faz perder longas horas do seu dia. São obrigados a viver em barracas porque as casas que eles constroem são para os ricos.

As ocupações de casas têm de continuar e continuarão! Enquanto houver famílias a morar em barracas não podem existir casas desabitadas. E não serão essas leis feitas nas costas dos trabalhadores que os impedirão de, decidida e organizadamente, lutar contra a exploração na fábrica, na habitação, nos transportes, na saúde...

ESPANHA - VIVA O 1.º MAIO!

ABAIXO A DITADURA FRANQUISTA!

Várias organizações antifascistas espanholas assinaram o seguinte documento à classe operária e ao povo de Madrid:

«A próxima-se o 1.º de Maio, data histórica para o proletariado de todo o mundo.

A classe operária e o povo de Madrid farão deste 1.º de Maio um dia de luta contra a ditadura franquista.

A crise económica, agudizada em todos os países capitalistas, assume especial gravidade no nosso. Os grandes financeiros, industriais e latifundiários, e os grandes capitalistas estrangeiros no nosso país, querem que seja o povo trabalhador a pagar as consequências dessa crise, da qual só eles são os culpados.

Os preços sobem sem parar, enquanto o Conselho de Miministros de 4 de Abril congela mais uma vez os salários.

Já não podem mandar mais espanhóis trabalhar para o estrangeiro, e o desemprego aumenta para a classe operária, que sofre as consequências do livre despedimento».

Depois de descrever a crise do regime o comunicado prossegue:

«A ditadura franquista tenta agora falar de abertura, participação e «associações», enquanto que diariamente nos nega a mínima liberdade de expressão, de greve e de associação... reprime e impede assembleias em fábricas, escolas, bairros; fecha associações de moradores; proíbe actividades culturais; prende e assassina abertamente ou montando julgamentos-farsa, cujos resultados dependem em grande parte da nossa luta.

O regime atravessa um dos momentos mais difíceis da sua existência. A grande maioria do país já não acredita em tanto palavreado e não está disposta a que a ditadura continue, nem com Franco nem com Juan Carlos.

De Outubro a Maio, mais de um milhão de homens e mulheres por todo o país demonstraram, duma forma cada vez mais organizada, mais unida e eficaz, a sua repulsa pelo fascismo, o seu desejo de liberdade. **Recordemos a greve geral do dia 11 de Dezembro no país Basco, a de Navarra de solidariedade com os mineiros de Potasas, as jornadas de luta de Sevilha, Astúrias, Galiza, Zaragoza; a solidariedade com SEAT e FASA; as greves no ensino, etc., e em Madrid as greves na BOSCH, CITESA, HAUSTER e MENET, CASA, MOTO VESPA; TUDOR, a banca; o boicote de mercados dia 20 de Fevereiro, etc..**

A unidade de acção de todas as forças operárias e populares é cada dia mais urgente. Aquilo que o regime mais teme é enfrentar um inimigo unido. **Assim, as organizações abaixo-assinadas chamamos o Povo de Madrid a fazer dos dias 30 de Abril e 1.º de Maio dias de luta pelas nossas reivindicações económicas, políticas e sociais, demonstrando assim a nossa firme e decidida oposição à ditadura franquista.**

Trabalhadores: no dia 30 de Abril, nas fábricas, empresas, escritórios: assembleias, minutos de silêncio, manifestações, concentrações.

Estudantes, professores, empregados: coordenar as vossas lutas reivindicativas com as do movimento operário, fazê-las coincidir com as acções do dia 30 de Abril.

Povo de Madrid: dia 30 organizemos acções de protesto em todos os bairros contra a carestia de vida.

Contra a subida de preços, o desemprego e o congelamento dos salários!

Contra a lei geral da educação, contra a selectividade!

Pelas liberdades democráticas e a liberdade dos presos políticos!

Pela dissolução dos aparelhos repressivos!

Nem Franco nem Juan Carlos! Abaixo a ditadura fascista!

Viva o 1.º de Maio!

Comité provincial de Madrid das juventudes socialistas de Espanha

Comite de Madrid do Movimento Comunista de Espanha

Comite provincial de Madrid da Organização Revolucionária de Trabalhadores

Coordenadora provincial do Partido Carlista

Comite provincial de Madrid do Partido Socialista Operário Espanhol

Comite provincial de Madrid da União Geral de Trabalhadores

ETA/PSAN/UPG

Da E. T. A., P. S. A. N. (P) e U. P. G. recebemos uma declaração onde afirmam que «perante a necessidade de coordenar a luta pela libertação nacional e pelo socialismo para Euzkasi (País Basco), Galiza e Países Catalães, as nossas organizações, como vanguardas revolucionárias e patrióticas dos nossos povos, **decidiram estabelecer uma colaboração para analisar a situação e responder conjuntamente às tarefas do momento.»**

A colaboração entre estas organizações realizar-se-á na base de uma plataforma para «a primeira fase da vida dos nossos povos imediatamente depois do derrube da ditadura.» É o seguinte, o teor dessa plataforma:

Formação e dinamização de Assembleias Nacionais e Populares no Euzkadi, Galiza e Países Catalães, quer as que se encontram já constituídas — como o caso da Assembleia da Catalunha — quer que se encontram em vias de formação — caso da assembleia do País Valenciano, da Assembleia Nacional-popular Galega e do Herriko Batasuna de Euzkadi. Tais organismos devem possibilitar a criação de governos provisórios em cada uma das três nações. Entendemos que este é a única maneira justa de aplicar o princípio de **auto-organização-nacional.**

Conquista das liberdades políticas e sindicais.

Dissolução das forças repressivas (Brigada Política e Social — a Pide espanhola —, Guarda Civil, Polícia Armada, etc.) e control dos quadros do exército em Euzkadi, Galiza e Países Catalães pelos respectivos governos provisórios.

Liberdade para os presos políticos, e regresso de todos os exilados.

Adopção de medidas económicas e sociais destinadas a satisfazerem as necessidades mais imediatas das classes populares e estabelecer uma primeira limitação ao poder do grande capital, tendo em conta as condições concretas de cada nação.

Finalmente, a E. T. A., o P. S. A. N. (P) e a U. P. G. fazem um chamamento a todas as forças democráticas e revolucionárias a incorporarem-se e a discutir essas iniciativas e em particular apelam às forças revolucionárias e patrióticas bascas, catalães e galegas a unirem-se connosco na constituição de uma aliança dos movimentos de Libertação Nacional e Popular de Euzkadi, Galiza e dos Países Catalães.

1.º de Maio de 1975

E. T. A. (Euzkadi ta Askatasuna)

P. S. A. N. (P) — Partit Socialista d'Alliberament Nacional dels Països Catalans — Provisionals

U. P. G. (Union do Pobo Galego)

O VINHO AZEDA PARA OS PATRÕES!

Sou delegada sindical e membro de uma comissão de trabalhadores de uma empresa de vinhos, e venho aqui para vos explicar um pouco, o que foi a nossa luta da semana passada. No princípio do ano foi apresentado o nosso caderno reivindicativo, depois de amplamente discutido entre os trabalhadores. **As entidades patronais tentaram, por todos os meios, não atender as nossas justas reivindicações, mas foi possível obrigá-los a sentar-se à mesa das negociações com uma grande manifestação em frente do Ministério do Trabalho no Porto de trabalhadores deste sector.** Essas negociações prolongaram-se por quase dois meses, sem que se tivesse acordado a maior parte dos pontos apresentados nesse caderno reivindicativo. Quando se chegou à discussão dos vencimentos, as entidades patronais não se mostraram na dispocição de nos reconhecer o direito a um ordenado que deixasse de ser de miséria. Esta atitude levou a uma situação de impasse e rutura das negociações. A sua aittude irredutível, responderam os trabalhadores com uma das suas formas de luta mais avançada — **a greve.** Essa greve foi justa porque foi a forma de luta que os trabalhadores decidiram adoptar para fazer recuar o patronato reaccionário e conseguiram-no fazer de forma organizada e eficaz. **Jogamos a nossa força de explorado contra a força do capital explorador. Jogamos e ganhamos porque os obrigamos a recuar nas suas posições irredutíveis.** Alguns problemas existiram na tentativa de quebrar a nossa unidade, mas os trabalhadores souberam responder e souberam ultrapassar essas tentativas divisionistas. Os patrões conseguiram comprar alguns camaradas nossos menos conscientes e prevenidos mas não conseguiram quebrar a nossa unidade e parar a justeza da nossa luta. **Também a nossa luta, foi caluniada.**

As foças reformistas com argumentos já conhecidos dos trabalhadores como o do «caos Económico Nacional» e o de que «a greve serve os patrões», estiveram entre nós. Os trabalhadores dos vinhos, como os da TAP, LISNAVE, CTT, Sogantal e outros camaradas não estranham essas posições.

Vencemos porque tinhamos razão, porque éramos explorados e porque estavamos unidos. A nossa greve não foi partidária como alguns patrões disseram aos trabalhadores. Foi um amplo movimento de massas trabalhadoras, em defesa do nosso contrato colectivo de trabalho, por melhores condições de vida. Não foi uma greve selvagem como também afirmaram. Foi uma luta organizada conduzida pelos trabalhadores para fazer recuar a força do capital explorador.

(Texto da intervenção da camarada Rosa Maria, no comício do M.E.S., no Porto-Palácio de Cristal, a 20 de Abril)